



Número: **0000146-04.2014.8.15.0181**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Guarabira**

Última distribuição : **03/02/2014**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS (AUTOR)		STELIO TIMOTHEO FIGUEIREDO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33306 871	18/08/2020 07:43	<a href="#">[VOL 2][Contestação][Despacho][Outros]</a>	Autos digitalizados
38396 134	14/01/2021 12:07	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório

[REDACTED]

19  
54

Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pilões/PB

Processo n.º 00001467420148150481

**Seguradora Lider Dos Consorcios Do Seguro DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos da **Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT**, que lhe move **Edinaldo Vieira Dos Santos**, vem, respeitosamente, por seus advogados infra-assinados, *ut* instrumento de mandato em anexo (**Doc. 02**), com endereço na Av. João Machado, n.º 553, salas 312 a 316, Empresarial Plaza Center, Centro, Cep 58013-520, João Pessoa/PB, onde receberão as intimações de estilo, apresentar a sua **CONTESTAÇÃO**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

## I.1 - DAS PRELIMINARES

### I.1.1 - Da Carência De Ação – Falta De Interesse Processual.

Consoante suscitado, a demandante não acionou administrativamente o pagamento de indenização de seguro DPVAT, não havendo, portanto, que se falar em qualquer pagamento indenizatório, donde se conclui que é patente, portanto, a inexistência do seu interesse de agir, autorizando a que seja extinta a presente ação, sem resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil pátrio.



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779, 22º andar, Emp. Isaac Newton, Ilha do Leite, 50.070-160, Recife, PE, Brasil. Fone 55 (0) 3442.7900 Fax 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816, Condomínio Clemente de Farias, Centro, 01.014-000, São Paulo, SP, Brasil. Fone 55 (11) 3106.3723 Fax 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 308 e 316, Edif. Plaza Center, Centro, 58.013-520, João Pessoa, PB, Brasil. Fone / Fax 55 (44) 3241.1035 / 3241.1036  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207, Torre Norte, Edif. Salvador Trade Center, Cam. das Árvores, 41.020-020, Salvador, BA, Brasil. Fone / Fax 55 (71) 3271.0998

www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br



Assinado eletronicamente por: MARIA DO CEU LIMA RIBEIRO - 18/08/2020 07:27:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081807435100000000031879397>

Número do documento: 20081807435100000000031879397

Num. 33306871 - Pág. 1

Importante mencionar que esse entendimento tem sido amplamente aceito e aplicado pelos juizes de várias comarcas do nosso Estado, como, por exemplo, no processo 019.2011.000.700-2, da Comarca de Soledade, o magistrado entendeu pela extinção do feito conforme mostra dispositivo da sentença abaixo:

**Dispositivo:**

Diante do exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, **julgo extinto o presente processo sem resolução do mérito**, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC, por constatar, apenas neste momento, a carência de ação ante a falta de interesse *ad causam* pela ausência de prévio requerimento administrativo.

Condeno o autor nas custas processuais devidas ao FEPJ e em honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$ 600,00 (seiscentos reais), com exigibilidades suspensas na forma do que prevê o art. 12 da Lei 1.060/50. Nada mais havendo, lido e achado *vai*, devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Analista/Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

Juiz de Direito

Promotor de Justiça

Podemos destacar também o processo 051.2011.000.070-3 da Comarca de Píripituba-PB, onde a Juíza apresentou decisão com a mesma fundamentação jurídica dos autos acima citado, vejamos:

**3. DECISÃO.**

Por tudo que exposto, **JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO** (art. 267, CPC), reconhecendo a carência de direito de ação pela parte promotiva ante a inexistência de interesse processual em agir verificada com a ausência de resistência quanto à pretensão veiculada.

Sem custas, ante o requerido benefício de gratuidade judiciária, na forma da Lei 1.060 de 1950.

Publique-se, registre-se e dela intemem-se as partes.

Píripituba, 28 de junho de 2012.

CLARA DE FARIA QUEIROZ  
Juíza de Direito

Nesta feita, requer a extinção da presente demanda sem resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil pátrio.



RECIFE Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.020-160 - Recife - PE - Brasil Fone 55 (0) 3442.7000 Fax 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO Rua Boa Vista, 254 - 11º andar - Condomínio Clemente de Faria - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil Fone 55 (11) 3100.3723 Fax 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA Av. João Machado, 553 - 308 e 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil Fone 55 (31) 3241.1035 Fax 55 (31) 3241.1075  
SALVADOR Av. Tancredo Neves, 1632 - 20º andar - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil Fone 55 (71) 3271.0983

www.gemady.com.br - gem@gemady.com.br



### 1.1.2 - Da Conversão do Rito Sumário em Ordinário

Em virtude da complexidade dessa causa, onde é indispensável à realização de perícia por profissional qualificado, ou seja, diante da necessidade de prova técnica complexa, impõe-se, portanto, a conversão do rito sumário para ordinário, como disposto no art. 277, § 5º do CPC.

Pelo exposto, requer a conversão do rito sumário para o rito ordinário, com fundamento no art. 277, § 5º do CPC.

### 1.1.3 - Inépcia Da Inicial – Ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação

Dispõe o art. 283 do Código de Processo Civil, que a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

**Não há nos autos a documentação necessária que comprove o nexo de causalidade sobre a ocorrência do sinistro.**

Neste sentido, o artigo 282 do CPC traz em seu bojo os elementos mínimos que devem constar da peça exordial, de modo que a ausência de qualquer um deles demonstra-se suficiente para desautorizar o prosseguimento do feito e, conseqüentemente, acarretar a extinção da lide sem apreciação meritória.

Ainda, ao contrário das condições da ação que são previstas taxativamente no Digesto Adjetivo Pátrio, os pressupostos processuais foram fixados em diversos artigos da legislação instrumental e, no presente caso, na Lei n 6.174/74, Lei 11482/2007, Lei 11945/2009 que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Almeja o demandante o pagamento de indenização do seguro DPVAT, e, no entanto, não traz à colação os documentos indispensáveis à propositura da demanda de acordo com a resolução nº



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 2ª andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil - Fone 55 (081) 3447.7900 - Fax 55 (081) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil - Fone 55 (11) 3106.3724 - Fax 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sb 300 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil - Fone / Fax 55 (81) 3241.1035 / 3241.1025  
SALVADOR: Av. Tancreto Neves, 1632 sds 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Com. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil - Fone / Fax 55 (71) 3271.0998





109/2004, do CNSP, que disciplina e o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores – DPVAT:

Art. 19. Para fins de liquidação do sinistro, o beneficiário deverá apresentar a seguinte documentação:

**II) Indenização por invalidez permanente:**

- a) Laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima e atestando o estado de invalidez permanente, de acordo com os percentuais da Tabela das Condições Gerais de Seguro de Acidentes Pessoais, suplementadas, quando for o caso, pela Tabela de Acidentes do Trabalho e da Classificação Internacional de Doenças; e
- b) registro da ocorrência expedido pela autoridade policial competente.

Apesar da clareza em relação às exigências supracitadas, inúmeros são os casos de tentativa de fraude que permeiam os pedidos de indenização por seguro, especialmente o DPVAT. Assim, toda a cautela deve ser adotada e exigida na análise das provas que consubstanciem o direito de indenização a esse título.

Desta forma, a parte autora **NÃO COMPROVA A EXISTÊNCIA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO**, pois não anexa documentos indispensáveis à propositura da ação. Portanto, não resta alternativa à demandada, senão requerer o indeferimento da petição inicial, com a consequente extinção do feito, sem julgamento do mérito, é o que de logo se requer.

## 1.2 - DO MÉRITO

Por extremada cautela, em homenagem ao princípio da eventualidade, uma vez ultrapassadas as preliminares supracitadas, o que verdadeiramente não se acredita, passa a demandada a impugnar quanto ao mérito o aduzido pela parte autora.



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779, 22º andar, Emp. Isaac Newton, Ilha do Leite, 50.070-160, Recife, PE, Brasil. Fone 55 (0) 3447.7900 Fax 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816, Condomínio Clemente de Farias, Centro, 01.014-000, São Paulo, SP, Brasil. Fone 55 (11) 3106.3723 Fax 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 308 a 316, Edif. Plaza Center, Centro, 58.013-520, João Pessoa, PB, Brasil. Fone / Fax 55 (51) 3243.3035 / 3243.3075  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207, Torre Norte, Edif. Salvador Trade Center, Cam. das Árvores, 41.020-020, Salvador, BA, Brasil. Fone / Fax 55 (71) 3271.0908



**1.2.1- Da Improcedência da Demanda, ante a Inviabilidade da Indenização Pleiteada a Título de Seguro DPVAT**

É correto afirmar ainda que o pagamento do seguro em questão deve observar o valor máximo da importância segurada, em vigor **na data da liquidação do sinistro**, de acordo com o que determina a Lei 11.482/2007, valor esse limitado ao teto de **ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** para os casos de invalidez, consoante se infere, do seguinte julgado, *in verbis*:

"Apelação Cível. Seguros DPVAT. Ilegitimidade passiva afastada. Invalidez permanente. Interpretação do disposto na Lei nº 6.194/74. Aplicação da tabela para o cálculo de indenização, em caso de invalidez permanente. Ausência de demonstração da invalidez total permanente. Aplicação da tabela para o cálculo de indenização em caso de invalidez permanente. Sentença parcialmente reformada. Preliminar afastada e apelo provido em parte<sup>1</sup>. (grifos apostos)

Impende esclarecer que de acordo com o art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74 (com a redação dada pelo art. 31 da Lei 11.945/2009), quando se tratar de invalidez parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômico ou funcional, que será de 75% do valor do membro para as perdas de repercussão intensa, 50% para as de repercussão média, 25% para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% nos casos de seqüelas residuais.

O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou sobre a proporcionalidade do valor da indenização a ser pago a título de indenização pelo seguro DPVAT ao grau da debilidade, nas hipóteses de invalidez parcial:

**APELACAO CIVEL - SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT - FRATURA DOS OSSOS DA PERNA DIREITA - SEQUELA PERMANENTE + PERDA DE CAPACIDADE LABORATIVA - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPROVADA - CONDENACAO NO VALOR MAXIMO - IMPOSSIBILIDADE - OBSERVANCIA DO GRAU DA INVALIDEZ - PAGAMENTO A MENOR - POSSIBILIDADE - 70% DO VALOR**



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Bnp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil. Fone: 55 (0) 3447.7900 Fax: 55 (0) 3447.7999  
SAO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816 - Condomínio Clemente de Faria - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil. Fone: 55 (0) 3106.3724 Fax: 55 (0) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 308 e 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil. Fone: 55 (0) 3241.1035 / 3241.1075  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.020-020 - Salvador - BA - Brasil. Fone: 55 (0) 3271.0968

www.gimadv.com.br - gim@gimadv.com.br



2h  
4h

**MAXIMO PREVISTO PARA A INDENIZACAO - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE**

1 (...)

**Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade** (Resp 1119614/RS; 4ª T ; Rel Min Aldir Passarinho Junior; Julg 04-8-2009; DJU 31-8-2009; in www.stj.jus.br) (fl 321)

(...)

3 Outrossim, o acórdão recorrido esta em consonância com a jurisprudência desta Corte, a qual é **assente no sentido de ser indispensável a aferição do grau da lesão causada por acidente automobilístico, através da prova dos autos, notadamente a prova pericial**, a fim de se fixar o montante indenizatório correspondente ao seguro DPVAT. <sup>2</sup> (grifos e destaques apostos)

Não ficando comprovado que a parte demandante adquiriu invalidez PERMANENTE TOTAL, conforme se extrai da própria narração trazida na exordial, não há que se falar em indenização ou complementação da indenização ao teto máximo estabelecido por lei.

Portanto, resta claro que o **pedido de indenização por invalidez em sua integralidade é totalmente descabido**, ante a inexistência de prova de debilidade mais grave, pelo que a Seguradora Ré roga a este Nobre Magistrado pela improcedência total dos pedidos da parte demandante.

**I.2.2 - Da Necessidade de Gradação da Lesão – Súmula nº 474 do STJ**

É importante ressaltar que o valor máximo indenizável previsto na Lei 11482/2007 e na Lei 11.945/2009, é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), desde que a parte demandante comprove, conforme a tabela inserta na legislação específica, que, em virtude de acidente automobilístico, adquiriu invalidez permanente no mais alto grau, o que ensejaria o pagamento do teto da indenização securitária.

Em outras palavras, a “invalidez permanente” poderá ser **TOTAL** ou **PARCIAL**, já que nem todas as lesões sofridas causam uma

<sup>2</sup> Stj. Agravo Em Recurso Especial Nº 4 781 - Mt (2011/0047494-3). Quarta Turma Recursal. Relator Min. Luis Felipe Salomao. Pub.: Segunda-Feira, 15 De Agosto De 2011



25  
4

lesão definitiva e a ponto de inabilitar a vítima para as suas atividades laborais. E, em se tratando de invalidez **PARCIAL**, existe ainda uma subdivisão em "INVALIDEZ PARCIAL **COMPLETA**" e "INVALIDEZ PARCIAL **INCOMPLETA**".

Ressalta-se ainda que o art. 5º, §5º, da Lei 6.194/74, alterado pela MP 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, atribui ao Instituto Médico Legal a competência para emitir o supramencionado laudo dentro atendendo aos parâmetros fixados em lei:

**§ 5º - O Instituto Médico Legal da Jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo a vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (grifos e destaques apostos)**

Destarte, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a quantificação da extensão das lesões pelo instituto medico legal, se este seguro houvesse sempre de ser pago integralmente, independentemente do grau da lesão e de invalidez do segurado.

Ressalta-se ainda que, conforme **ALEGAÇÕES** do demandante, o laudo mencionado limita-se a descrever a lesão, sem consignar especificação do grau da invalidez supostamente apresentada.

Ora, Douto Julgador, o **laudo mencionado NÃO SATISFAZ** os requisitos legais, posto que, ao contrário do que foi exposto pelo autor na exordial, a legislação aplicável ao caso expõe a necessidade de gradação da debilidade para melhor aplicação da tabela (**Doc. 01**), conforme mostra o Art. 31, §1º, I e II da Lei 11.945/09, e o laudo do IML, citado pelo Demandante, **não oferece** os parâmetros necessários para se aferir o grau de invalidez do autor.

Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 3º** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779, 22º andar, Emp. Isaac Newton, Ilha do Leite, 50.070-160, Recife, PE, Brasil. Fone 55 (0) 3447.7900 Fax 55 (0) 3447.7999  
SAO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816, Condomínio Clemente de Farias, Centro, 01.014-000, São Paulo, SP, Brasil. Fone 55 (0) 3106.3723 Fax 55 (0) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 303 a 316, Edif. Plaza Center, Centro, 58.013-520, João Pessoa, PB, Brasil. Fone / Fax 55 (0) 3241.1035 / 3241.1073  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 209/207, Torre Norte, Edif. Salvador Trade Center, Cam. das Árvores, 41.020-020, Salvador, BA, Brasil. Fone / Fax 55 (0) 3271.0938

www.gemady.com.br - gem@gemady.com.br



26  
4

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Sendo assim, resta latente a necessidade de encaminhamento de ofício ao IML a fim de se verificar a existência da debilidade e, em caso positivo, sanar as omissões constantes no laudo citado pelo autor de modo a determinar o grau de debilidade para que seja possível a mensuração do correto valor na hipótese de complemento de indenização, sob pena de impossibilitar a aplicação correta da Lei:

**APELAÇÃO CÍVEL RECIPROCAMENTE INTERPOSTA - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO JÁ NA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451/08, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.945/09, QUE INSTITUIU TABELA PARA AFERIÇÃO QUANTITATIVA DO GRAU DE INVALIDEZ DOS SEGURADOS - INDENIZAÇÃO QUE DEVE GUARDAR PROPORCIONALIDADE COM A RESPECTIVA EXTENSÃO DO DANO À INTEGRIDADE FÍSICA DOS BENEFICIÁRIOS - AFERIÇÃO DO PERCENTUAL DA LESÃO, QUE, NA ESPÉCIE, SE REVELA INDISPENSÁVEL AO DESLINDE DA**



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Erap. Isaac Newton - Ilha de Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil. Fone 55 (0) 3447.7900 Fax 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sls 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil. Fone 55 (0) 3106.3723 Fax 55 (0) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil. Fone / Fax 55 (0) 3241.1035 / 3241.1029  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 208/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil. Fone / Fax 55 (0) 3271.0990

www.gemady.com.br - gem@gemady.com.br





QUAESTIO - JUNTADA DE LAUDO PERICIAL CONFECCIONADO PELO IML-INSTITUTO MÉDICO LEGAL, QUE NÃO CONSIGNA ESPECIFICAÇÃO DO GRAU DA INVALIDEZ APRESENTADA PELO SEGURADO - NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA TÉCNICA - SENTENÇA CASSADA - RECURSO DA SEGURADORA CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE - INSURGÊNCIA DO SEGURADO CONHECIDA E DESPROVIDA.<sup>3</sup> (grifos e destaques apostos)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACIDENTE OCORRIDO EM 17/12/2008 - SOB A ÉGIDE DA MP 451/2008, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI 11.945/2009 - LAUDO PERICIAL QUE NÃO OBSERVOU OS GRAUS DAS PERDAS, NOS TERMOS DA NOVA REDAÇÃO LEGAL - NECESSIDADE DE NOVA PERÍCIA MÉDICA, A FIM DE AVERIGUAR O GRAU DE INVALIDEZ - SENTENÇA DESCONSTITUÍDA EX OFFICIO - TESES RECURSAIS PREJUDICADAS.

(...)

Nas ações de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT), regidos pela Lei n. 11.945/2009, a comprovação da natureza da invalidez permanente e o grau da perda anatômica ou funcional dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na Tabela anexa à Lei n. 6.194/1974, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória n. 451/2008, são tidos como imprescindíveis à procedência ou à improcedência da ação, motivo pelo qual se apresenta razoável a cassação da sentença definitiva proferida de forma antecipadamente com o fim de permitir que o Instituto Médico Legal avalie o acidentado.<sup>4</sup> (grifos e destaques apostos)

Importante mencionar novamente que a simples menção de LESÃO EM CARÁTER DEFINITIVO, sem qualquer quantificação do grau da incapacidade não autoriza a estipulação da indenização no patamar máximo, sob pena de violação ao dispositivo do art. 3º, "II", da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/07, que compreende o conceito de pagamento proporcional de indenização, segundo a aplicação de critérios gradativos quanto ao dano sofrido pelo beneficiário. Neste sentido se manifestou o TJCE, conforme:

CIVIL. PROCESSO CIVIL. SEGURO DPVAT. INEXISTÊNCIA DE PROVA SOBRE A INVALIDEZ PERMANENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, À FALTA DE LESÃO

<sup>3</sup> Tjsc. Apelação Cível N. 2011.013687-3, De Criciúma. Relator: Des. Luiz Fernando Boller, 10/11/2011;

<sup>4</sup> Tjsc. Apelação Cível N. 2011.026746-0, De Armazém, Relator: Des. Fernando Carioni, 02/06/2011) (Ac Nº 2011.041390-2, De Xaxim. Rel. Des. Subst. Guilherme Nunes Born, Julgado Em 18/08/2011)



RECIFE Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil Fone 55 (0) 3447.7900 Fax 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO Rua Boa Vista, 254 sl 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil Fone 55 (0) 3106.3723 Fax 55 (0) 3106.3736  
JOÃO PESSOA Av. João Machado, 553 sls 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil Fone / Fax 55 (0) 3241.1035 / 3241.1073  
SALVADOR Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Com. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil Fone / Fax 55 (0) 3271.0998



28  
88

EXPRESSIVA QUE JUSTIFIQUE PAGAMENTO NO PATAMAR MÁXIMO PREVISTO NA LEI DE REGÊNCIA DO SEGURO OBRIGATÓRIO. O art. 3º da Lei 6.194/74 distingue quanto às coberturas securitárias para as hipóteses de morte e de invalidez permanente, invariável na primeira e variável na segunda, não podendo o intérprete ignorar o discrimen e simplesmente equiparar as situações que a lei diferencia. A indenização securitária máxima só se legitima hermeneuticamente quando a invalidez permanente se revela de grau elevado, não podendo a solução analógica ou ampliativa ser estendida para situações em que a invalidez, embora permanente porque irreversível, não é total nem se apresenta grave a ponto de comprometer a prática dos mais elementares atos da vida humana, inclusive de caráter laboral. A parte recorrente não faz jus à indenização integral, não tendo comprovado a sua incapacidade permanente, nem muito menos a ocorrência de lesão mais grave do que aquela que foi reconhecida pela seguradora. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA CASSADA.<sup>5</sup> (grifos opostos)

Importante mencionar, que o STJ vem, reiteradamente, se pronunciando a favor da aplicação da proporcionalidade do grau de invalidez para estipular indenizações a título de seguro DPVAT, como mostra decisão abaixo:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.119.614 - RS (2008/0252723-3)  
RELATOR: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR  
RECORRENTE: EDUARDO MARCELO FERRAZ  
ADVOGADO: CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT E OUTRO(S)  
RECORRIDO: LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A  
ADVOGADOS: LUIZ HENRIQUE CABANELLOS  
EMENTA CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. III. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, não conhecer do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Luis Felipe Salomão, Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP) e Fernando Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília (DF),

<sup>5</sup> Tjce – Ri 2009.0001.5766-4/1, 2ª Turma Recursal Dos Juizados Especiais, Rel. Jose Ricardo Vidal Patrocínio, Diário Da Justiça Nº 188 Fortaleza, 07 De Outubro De 2009

RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil - Fone 55 (0) 447.7900 - Fax 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil - Fone 55 (0) 3106.3221 - Fax 55 (0) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 353 sbs 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 50.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil - Fone / Fax 55 (0) 3241.1035 / 3241.1026  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sbs 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil - Fone / Fax 55 (0) 3271.0908





04 de agosto de 2009(Data do Julgamento) Relator: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR Documento: 5584986 - EMENTA / ACORDÃO-DJ: 31/08/2009 (grifos apostos)

Corroboram com o entendimento, os julgados:

"DPVAT. PROPORÇÃO. INVALIDEZ. Diante da interpretação que se dá ao art. 5º, § 5º, da Lei n. 6.194/1974 (parágrafo incluído pela Lei n. 8.441/1992), é possível a cobertura parcial do DPVAT ao levar-se em conta o grau de invalidez. Não haveria sentido útil de a lei indicar a quantificação das lesões e percentuais de tabela para fins de DPVAT se esse seguro sempre fosse pago em seu valor integral".<sup>6</sup>

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO -DPVAT. INVALIDEZ. CÁLCULO PROPORCIONAL. RECURSO NÃO PROVIDO.DPVAT 1- Segundo orientação desta Corte, a complementação de indenização relativa ao seguro obrigatório - DPVAT oriunda de invalidez permanente deverá ser fixada em conformidade com o grau da lesão e a extensão da invalidez do segurado. Precedentes. DPVAT 2 - Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes. 3 - Agravo regimental a que se nega provimento.<sup>7</sup>(grifos apostos)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO OBRIGATÓRIO -DPVAT. INVALIDEZ. CÁLCULO PROPORCIONAL.DPVAT 1 - Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes. 2 - Agravo regimental a que se nega provimento.<sup>8</sup> (grifos apostos)

Destaca-se que, recentemente, no intuito de resolver a controvérsia e diante das reiteradas decisões no mesmo sentido, a proporcionalidade da lesão foi matéria publicada no dia 19 de Junho de 2012 como Súmula do Superior Tribunal de Justiça, após aprovação na 2ª Seção de Direitos Privados ocorrida em 13/06/2012:

<sup>6</sup> STJ REsp 1.119.614-RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, julgado em 4/8/09

<sup>7</sup> (20628 MT 2011/0074717-3, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 17/11/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/11/2011) grifos apostos

<sup>8</sup> (1360777 PR 2010/0183172-1, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 07/04/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/04/2011)



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4775 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Vila do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil. Fone 55 (0) 3447.7900 Fax 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil. Fone 55 (0) 4106.5723 Fax 55 (0) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil. Fone / Fax 55 (0) 3241.1015 / 3241.1075  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvoreas - 41.620-020 - Salvador - BA - Brasil. Fone / Fax 55 (0) 3271.0988



**Súmula nº 474 do STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."**

Ante todo o exposto, requer a demandante a improcedência dos pedidos formulados na exordial, ante a inexistência de comprovação da debilidade mencionada na exordial, bem como dos parâmetros necessários para correta apuração do *quantum* indenizável. Acaso lhe seja imposta condenação ao pagamento de verba pleiteada pela parte demandante – o que se cogita apenas por cautela processual e sem prejuízo da irresignação recursal da demandada – requer a expedição de ofício ao IML para que este especifique o grau da invalidez apresentada, observada a disciplina supraesposada para limitação do valor indenizável nos percentuais MÁXIMOS indicados na tabela, **sob pena de cerceamento de defesa.**

### **1.2.3 - Da Impossibilidade Da Incidência De Correção Monetária A Partir Do Evento Ensejador Da Indenização Do "Seguro DPVAT"; Da Inaplicabilidade Da Súmula 54, Do Superior Tribunal De Justiça, Para O Caso Da Incidência De Juros De Mora**

*Ad argumentandum tantum*, acaso seja considerada devida a verba requerida pela parte Demandante, não se pode aplicar a correção monetária a partir da data da ocorrência do alegado sinistro, que teria ensejado a respectiva indenização, uma vez que as obrigações decorrentes do "Seguro DPVAT" são incertas e ilíquidas e só se materializam após a apuração das situações fáticas e documentais apresentadas pelo beneficiário, através de procedimento administrativo ou judicial.

Desta forma, a entidade pagadora da indenização do "Seguro DPVAT" paga tal benefício, não em função da obrigação jurídica contratual que automaticamente exsurge a partir da ocorrência do sinistro, mas sim, de acordo e em função da imposição que se lhe fazem as normas legais e regulamentares do "Sistema Nacional de Seguros Privados", desde que cumprido o devido procedimento concernente ao requerimento e ao deferimento da dita especial indenização, razão pela qual, não há que se fazer retroagir a incidência de correção monetária à



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil - Fone 55 (0) 3447.7900 - Fax 55 (0) 3449.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil - Fone 55 (11) 3106.3723 - Fax 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sds 300 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil - Fone/Fax 55 (33) 3241.1035 / 3243.1075  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sds 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Ávores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil - Fone/Fax 55 (71) 3271.0990

www.gimadv.com.br - gim@gimadv.com.br



data do sinistro, no que concerne à indenização do "Seguro DPVAT" inaplicável, de toda sorte, a Súmula nº 54, do STJ, ao caso em apreço, como assinala a orientação pretoriana pátria, *in verbis*:

31  
48

"CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. - Os juros moratórios contam-se a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento da diferença pleiteada pela recorrente, ou seja, a partir de sua citação. Recurso especial conhecido e provido. (...)".<sup>9</sup> (grifos apostos).

Ademais, como o "Seguro DPVAT" decorre de contrato de adesão legalmente imposto, regido por normas próprias, não estão, portanto, inserido no âmbito de aplicação da Súmula 54, do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

Nesse diapasão, incide na espécie o comando do artigo 405, do Código Civil vigente, segundo o qual, "contam-se os juros da mora, nas obrigações ilíquidas, desde a citação inicial", conforme se extrai do seguinte julgado:

"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR SI SÓ NÃO GERA DANO MORAL. Os juros de mora incidirão desde a citação, no percentual de 6% ao ano até a data em que entrou em vigor o novo Código Civil de 2002, e a partir de então, no percentual de 1% ao mês, a teor do disposto no artigo 406 deste Codex, combinado com o artigo 161, § 1º, do CTN." <sup>10</sup> (grifos apostos).

Arremate-se, por último, que as assertivas pronunciadas no julgado acima transcrito acerca dos juros de mora aplicam-se, ante o idêntico fundamento, à correção monetária, razão pela qual, também por esse fundamento, a improcedência da demanda é medida que se impõe de plano, haja vista que, no caso em apreço, deve ser observada a disciplina supra-esposada para a incidência da correção

<sup>9</sup> Resp Nº 1.017.008 – Sp, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Dj 08/02/2008.

<sup>10</sup> Tjrs. Apelação Cível Nº 70008363194. Quinta Câmara Cível. Comarca De Porto Alegre.



RECFE Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil - Fone 55 (0) 81 3447.7900 Fax 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO Rua Boa Vista, 254 sl 1815 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil - Fone 55 (11) 3106.4713 Fax 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA Av. João Machado, 533 sls 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil - Fone / Fax 55 (0) 33 3241.1075  
SALVADOR Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil - Fone / Fax 55 (71) 3274.0998



32  
4

monetária, considerada a partir da instauração da relação processual, com a constituição da mora.

#### 1.2.4 - Da Ilegalidade Da Vinculação Da Indenização Ao Valor Do Salário Mínimo; Identificação Precisa Da Legislação Aplicável à Espécie

De há muito fulminada a pretensão jungida à argumentação esposada na inicial, quanto à vinculação da indenização do “Seguro DPVAT” aos valores do salário mínimo, uma vez que a Lei nº 6.194/1974, que cogitava de tal vinculação, precisamente em seu artigo 3º (na redação original), fora derogada, no que tange a tal previsão, pelo comando do artigo 1º – caput –, da Lei nº 6.205/1974, o qual determinou que “os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito”.

Portanto, desde a vigência da Lei nº 6.205/74, não mais se poderia aplicar a vinculação ao salário mínimo estabelecida na norma anterior (Lei nº 6.194/74, artigo 3º - redação original), o que encontra respaldo, no plano constitucional, no que dispõe o artigo 7º, inciso IV, da CF, ao estabelecer a vedação à vinculação de quaisquer outros valores ao salário mínimo, “para qualquer fim”, donde se percebe, portanto, a não receptividade de tal instrumento normativo, pela *Lex Mater*.

Além disso, quanto à razoabilidade e à proporcionalidade, e, enfim, quanto à própria viabilidade operacional, tal vinculação também seria inexecutável, haja vista que: (i) no caso do Seguro DPVAT, o prêmio é elemento indutor e informador da indenização securitária, resultando dos recursos carreados pelos *segurados* às *seguradoras*, de modo a constituir um *fundo comum de proteção*, ao qual as *seguradoras* recorrem para o pagamento das *indenizações*; (ii) em consequência, a fixação e o reajuste do valor das indenizações têm reflexo sobre o valor desses prêmios; (iii) destarte, se pudesse admitir que o valor da indenização fosse fixado de acordo com a variação do salário mínimo, seria inevitável impor – a cada reajuste do salário mínimo – inevitável reajuste no *prêmio*, que, no caso do “Seguro DPVAT”, está subsumido ao



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil. Fone: 55 (0) 3447.2900 - Fax: 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil. Fone: 55 (11) 3106.1721 - Fax: 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 309 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil. Fone: 55 (33) 3241.1035 / 3241.1075  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 7632 sls 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.620-020 - Salvador - BA - Brasil. Fone: 55 (71) 3271.0998

www.gemadv.com.br - gemadv@gemadv.com.br



33  
4

pagamento compulsório do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, imputado a todos os proprietários de veículos automotores.

Totalmente improcedente, destarte, o propósito da demandante de fazer ressuscitar a redação original do artigo 3º, da Lei 6.194/1974, haja vista que, atualmente tal matéria, é regida pela Medida Provisória nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/2007, que alterou a redação do artigo 3º, da Lei nº 6.194/74, o qual, destarte, ressurgiu com a seguinte dicção:

“Art.3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos) – no caso de morte;

II – até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais)– como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas”.

Finalmente, impende salientar que a Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, em seu artigo 20, de igual forma conferiu nova redação ao artigo 3º, da multicitada Lei 6.194/74, mantendo a completa desvinculação entre a indenização do “Seguro DPVAT” e o ultrapassado patamar de quarenta (40) salários mínimos, há muito tempo rechaçado pela legislação pátria, conforme já aduzido.

Ressalte-se, por oportuno, não fazendo qualquer menção à perda anatômica e/ou funcional completa de membros ou sequer de perda de qualquer dos sentidos (visão, olfato, etc), não se justificando assim o pagamento no montante **MÁXIMO** permitido em lei, sob pena de enriquecimento ilícito.

www.gimadv.com.br - gim@gimadv.com.br



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779, 22º andar, Emp. Isaac Newton, Ilha do Leite, 50.070-160, Recife, PE, Brasil. Fone 55 (0) 3447.7900 Fax 55 (0) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816, Condomínio Clemente de Faria, Centro, 01.014-000, São Paulo, SP, Brasil. Fone 55 (11) 3306.3723 Fax 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 308 a 316, Edif. Plaza Center, Centro, 58.013-520, João Pessoa, PB, Brasil. Fone / Fax 55 (0) 3241.1014 / 3241.1075  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1532 sls 206/207, Torre Norte, Edif. Salvador Trade Center, Cam. das Árvores, 41.620-020, Salvador, BA, Brasil. Fone / Fax 55 (0) 3271.0938





### 1.2.5 - Da Constitucionalidade dos Arts. 31 e 32 Da Lei nº 11.945/09

Pugna o Demandante, a título de cobertura do seguro obrigatório, que seja reconhecida a inconstitucionalidade dos inciso I e II do artigo 31 e o artigo 32 da Lei nº 11.945/2009 ante o princípio constitucional da Vedação do Retrocesso Social, para condenar a Demandada a pagar uma complementação por invalidez permanente a R\$13.500 (treze mil e quinhentos reais).

Ocorre que tal pleito não merece guarida, posto que a indenização por invalidez permanente tem como patamar máximo a quantia de R\$13.500,00, devendo ser observado ainda o grau da debilidade apresentada.

Assim, de acordo com a Lei 11.495/09, o valor máximo da indenização em casos de invalidez permanente é de R\$ 13.500,00 reais (treze mil e quinhentos reais). No entanto, a quantificação do valor devido depende do grau de invalidez apurado através de perícia médica.

A Lei supracitada entrou no ordenamento jurídico não para ferir os direitos sociais ou para trazer instabilidade aos direitos fundamentais, mas para fazer se coadunar com o próprio texto constitucional que veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.

Assim sendo, deve ser declarada a constitucionalidade da Lei nº 11.945/09 e julgada totalmente improcedente a pretensão do Demandante.

### 1.2.6 - Dos Honorários Advocatícios – Limitação Imposta pela Lei nº.1060/50

*Ad argumentandum tantum*, em estrita obediência ao princípio da eventualidade processual, acaso sejam arbitrados honorários de sucumbência - o que se acredita não ocorrerá, pelos motivos exaustivamente esposados – estes deverão limitar-se ao percentual máximo de 15% (quinze por cento), conforme estabelecido na Lei nº. 1.060 de 05.02.1950.



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil Fone 55 (0) 3442.7900 Fax 55 (0) 3442.7999  
SAO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl. 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil Fone 55 (0) 3106.3723 Fax 55 (0) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 308 e 316 - Torre Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil Fone / Fax 55 (0) 3241.1035 / 3241.1075  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. dos Árvore - 41.020-020 - Salvador - BA - Brasil Fone / Fax 55 (0) 3271.0950



Ante todo o exposto, na remota hipótese de condenação em honorários de sucumbência, estes serão fixados mediante apreciação equitativa do juiz, considerando o grau de zelo do procurador, bem como a natureza e importância da causa, além do trabalho realizado, nos limites estabelecidos pelo artigo supramencionado.

## II-DOS REQUERIMENTOS FINAIS

*Ex positis*, requer a demandada que V. Exa. se digne a:

a) Acolher as preliminares supra para extinguir o processo sem julgamento de mérito;

b) Em apreciando o *meritum causae*, **julgar improcedentes os pedidos formulados pelo autor**, pois o mesmo não comprovou a existência de debilidade permanente através dos documentos exigidos para pagamento da indenização DPVAT;

c) Na remota hipótese de ser considerada devida verba indenizatória, o que acredita, não ocorrerá, requer que seja realizada PERICIA PELO IML, devendo ser realizado por este órgão a determinação da invalidez, caso exista, e a proporcionalidade da mesma conforme a legislação DPVAT, subsidiando o percentual aplicável, até o limite máximo indenizável, previsto na Lei 11.945/2009, sob pena de cerceamento de defesa;

d) Condenar a parte promovente ao pagamento das custas processuais e no ônus da sucumbência, a ser arbitrado no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor da inicial.

*Ad cautelam*, requer a produção de todas as provas em direito admitidas, tal qual a inquirição de testemunhas, depoimento pessoal do demandante, juntada posterior de documentos, **Perícia Médica** e tudo mais que se fizer necessário para o deslinde do feito.

Por fim, requer a Demandada que as notificações e/ou intimações de estilo, bem como as publicações editalícias doravante expedidas, sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE em nome do patrono**



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil. Fone: 55 (0) 3447.2900. Fax: 55 (0) 3447.2999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo - SP - Brasil. Fone: 55 (0) 3106.3721. Fax: 55 (0) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 300 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil. Fone / Fax: 55 (0) 3241.1015 / 3241.1075  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.020-020 - Salvador - BA - Brasil. Fone / Fax: 55 (0) 3271.0990





26  
A

**SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE, OAB/PB 20.111-A,  
sob pena de nulidade.**

Nestes termos,  
Pede Deferimento.

João Pessoa, 17 de setembro de 2014.

**THIAGO BRANDÃO**  
**OAB/PB 16.685**



37  
68

### Dos quesitos de perícia médica

- 1) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
- 2) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
- 3) Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
- 4) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Boac Newton - Ilha do Leite, 50.070-160 - Recife, PE, Brasil. Fone: 55 (08) 3447.7900 Fax: 55 (08) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816 - Condomínio Clemente de Farias - Centro - 01.014-000 - São Paulo, SP, Brasil. Fone: 55 (11) 3106.1721 Fax: 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa, PB, Brasil. Fone / Fax: 55 (51) 3241.1015 / 3241.1073  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-620 - Salvador, BA, Brasil. Fone / Fax: 55 (71) 3271.0990

www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br



**Documento 01**  
**Quadro Anexo à Lei nº. 11.945/09**

ANEXO(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<b>Danos Corporais Totais</b> <b>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4729, 22º andar, Urup, Isaac Newton, Ilha do Leite, 50.070-160, Recife, PE, Brasil. Fone: 55 (081) 3447.7999 Fax 55 (081) 3447.7999  
 SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254-4º 1016, Condomínio Clemente de Farias, Centro, 01.014-000, São Paulo, SP, Brasil. Fone: 55 (011) 3106.3723 Fax 55 (011) 3106.3736  
 JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 551 de 309 a 316, Edif. Plaza Center, Centro, 50.013-520, João Pessoa, PB, Brasil. Fone: 55 (081) 3241.1035 / 3241.1075  
 SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sds 206/207, Torre Norte, Edif. Salvador Trade Center, Cam. das Árvores, 41.820-020, Salvador, BA, Brasil. Fone: 55 (071) 3271.0990

www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br



**Documento 02**  
**Procuração e Substabelecimento**



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779, 22º andar, Emp. Isaac Newton, Ilha do Leite, 50.070-160, Recife, PE, Brasil. Fone: 55 (081) 3447.7900. Fax: 55 (081) 3447.7999  
SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 254 sl 1816, Condomínio Clemente de Farias, Centro, 01.014-000, São Paulo, SP, Brasil. Fone: 55 (11) 3106.3723. Fax: 55 (11) 3106.3736  
JOÃO PESSOA: Av. João Machado, 553 sls 308 a 316, Edif. Plaza Center, Centro, 58.013-520, João Pessoa, PB, Brasil. Fone: 55 (51) 3241.1035 / 3245.0075  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 sls 206/207, Torre Norie, Edif. Salvador Trade Center, Cam. das Ávores, 41.820-020, Salvador, BA, Brasil. Fone: 55 (71) 3271.0990

www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br



179 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Caram, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800

**AUTENTICADO**

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel  
original que foi apresentado. Cod: 0879C2530F1829. Conf. por  
Rio de Janeiro, 16 de Março de 2011.


Renata Martinez Ferreira - Aut.

Serventia

30% TUFUNDOS

Total

**SUBSTABELECIMENTO**

  
Seguradora Líder - DPVAT

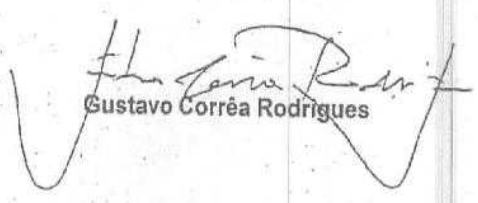
Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL  
SEGUROS S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS;  
AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A;  
BCS SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRADESCO VIDA E  
PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BVA SEGUROS S/A; CAIXA SEGURADORA  
S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A;  
CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHARTIS SEGUROS BRASIL S/A;  
CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGS MINAS BRASIL; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA  
BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA  
EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E  
PREVIDÊNCIA; CONAPP CIA NACIONAL DE SEGUROS; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS;  
DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A;  
FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A;  
ICATU SEGUROS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; ITAÚ VIDA  
E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA DE CRÉDITO S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA  
S/A; JAVA NORDESTE SEGUROS S/A; MAPFRE NOSSA CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE  
SEGURADORA DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A; MAPFRE  
VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MARES MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S/A;  
MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL  
AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE  
SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA  
S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; RURAL  
SEGURADORA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E  
PREVIDÊNCIA S/A; SANTANDER SEGUROS S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUL  
AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE  
SEGURADORA S/A; UBF SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE SEGUROS  
GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; ZURICH BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA



144  
A

S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **JOÃO VICENTE JÜNGMANN DE GOUVEIA**, casado, OAB/PE 11.427; **ANDRÉA GOUVEIA CAMPELO**, casada, OAB/PE 21.543; **PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS**, casado, OAB/PE 15.131; **GEORGE CLÁUDIO CAVALCANTI MARIANO**, casado, OAB/PE 14.825; **FERNANDA CALDAS MENEZES**, solteira, OAB/PE 10.140; **PAULO EDUARDO MOURY FERNANDES DE ANDRADE LIMA**, solteiro, OAB/PE 17.868; **SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE**, casado, OAB/PE 20.111; com o Escritório Endereço Av. João Machado, nº 553, Sala 312 - Ed. Empresarial Plaza Center - Centro - João Pessoa - CEP: 58.013-520, PB. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2011

  
Gustavo Corrêa Rodrigues

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9808  
Reconheço por semelhança a firma de: GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES  
(Cod: 08754042537C)  
Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011 Conf. por  
Em Testemunho de verdade Serventia 4 de  
Bruno Rodrigo Belém Caspar - Bul 38% T.J. FUNDOS  
Total









[illegible]

Num. 33306871 - Pág. 25





Seguradora Líder - DPVAT

### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, Drs. **JOÃO HUMBERTO DE FARIAS MARTORELLI**, casado, brasileiro, OAB/PB 7489-A, CPF/MF nº 094.208.274-53, **JOÃO VICENTE JUNGSMANN DE GOUVEIA**, casado, brasileiro, OAB/PB 11.427-A, CPF-MF nº 696.597.454-00, e **SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE**, solteiro, brasileiro, OAB/PB 20.111-A, CPF/MF nº 024.276.874-13 - A, TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA **MARTORELLI E GOUVEIA ADVOGADOS**, COM ESCRITÓRIO NA AV. JOÃO MACHADO, Nº 553, SALAS 312 A 316, EDF. PLAZA CENTER, CENTRO, JOÃO PESSOA, CEP 58.013-520, TELEFONE (81) 3464-0555, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente; bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2008

  
**MARCELO DAVOLI LOPES**

  
**JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**

*Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*

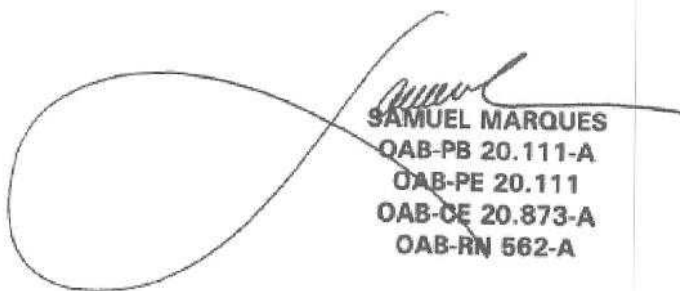


46  
51

**SUBSTABELECIMENTO**

Substabeleço, com reservas de iguais, os poderes que me foram conferidos pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, na pessoa do Bel. João da Silva Guedes, OAB/PB 17.279, advogado (a), brasileiro (a), com endereço para intimações à Av. João Machado, nº 553, Sala 312 – Ed. Empresarial Plaza Center – Centro – João Pessoa – CEP: 58.013-520 PB, para deles usar quando me convier.

João Pessoa, 14 de março de 2011

  
**SAMUEL MARQUES**  
OAB-PB 20.111-A  
OAB-PE 20.111  
OAB-CE 20.873-A  
OAB-RN 562-A





Seguradora Líder - DPVAT

CARTA DE PREPOSIÇÃO

O (a) Sr (a). André Luiz Pina de Azevedo, inscrito no CPF/MF sob o nº: 067.644.194-31 está autorizado (a) a comparecer em juízo para representar a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ 09.248.608/0001-04, com poderes especiais para prestar depoimento, confessar, transigir, fazer acordos, firmar compromissos, desistir e praticar outros atos necessários durante o decorrer da audiência.

João Pessoa – PB, 04 de março de 2011

  
SAMUEL MARQUES  
OAB-PB 20.111-A  
OAB-PE 20.111  
OAB-CE 20.873-A  
OAB-RN 562-A





18  
51

Depoimento Pessoal

Edinaldo Vieira dos Santos, já bastante qualificado na inicial. Aos costumes disse nada. Advertido(a) na forma da lei, prometeu dizer a verdade. Inquirido(a) sobre os termos da inicial, respondeu: que tinha acabado de sair do trabalho e estava com um pressentimento ruim; que estava dirigindo um veículo gol de sua propriedade mas que esta no nome do seu irmão; que quando chegou na curva do S só viu um clarão e um automóvel palio abarroou sua lateral todinha; que foi atingida a lateral do condutor onde estava; que "apagou e quando acordou já estava embaixo do barranco a cerca de 30 metros"; que foi pro hospital e saiu no mesmo dia; que apos o acidente passou 5 dias sem tomar um copo de água; que ficou com sequela na mão e no dedo esquerdo; que "tem hora que fica dormente e a mão também". Em seguida pelo MM juiz foi dito: Deixo minha impressão pessoal para posterior análise de todo o conjunto probatório: a mão se apresenta visualmente integra, apenas com cicatriz na base no dedo indicador esquerdo, este não apresenta nenhuma conformação irregular em relação aos demais e visualmente é movimentado normalmente pelo depoente. Dada a palavra aos advogados das partes, nada requereram. Nada mais lhe foi perguntado.

  
Juiz de Direito:

Promovente

Advogado(a):

Advogado da Promovida:

Oficial de justiça:



CARGA

Nesta data faço carga dos presentes autos

a(o) Bal(a) Advogado

Plões, 20 / 05 / 15

  
Téc. Judiciário







199  
5x  
Iano Miranda dos Anjos  
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE PILOÕES  
FÓRUM DESEMBARGADOR BRAZ BARACCTY

### TERMO DE AUDIÊNCIA CÍVEL

DATA E HORA	25/09/2014 09:30 horas
JUIZ DE DIREITO	Iano Miranda dos Anjos
TIPO AUDIÊNCIA	Conciliação, Instrução e Julgamento
AÇÃO PROCESSO	Cobrança – 0000146-74.2014.815.0481
AUTOR	Edinaldo Vieira dos Santos
PROMOVIDO	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT

Feitos os pregões de estilo, foi verificada a presença da parte e do preposto do promovido acompanhado de seu advogado. **Iniciados os trabalhos**, foi tentada novamente conciliação, restando infrutífera. **Ato contínuo** pelo promovido foi juntada contestação e preliminares. Em seguida dada a palavra a parte autora assim se manifestou: MM juiz, a primeira preliminar suscitada pela demandada não merece prosperar, tendo em vista que a seguradora apresenta resistência ao pleito bem como a constituição não obriga o prévio requerimento administrativo, como condição de ação. A preliminar de inépcia pela ausência de laudo do IML, não merece acolhimento, pois o autor requer pericia judicial que supre tal exigência. Quanto a ausência do Boletim de ocorrência da polícia civil, tem-se que houve o registro pela polícia militar, conforme BATE, boletim de acidente de trânsito, juntado aos autos. Quanto a conversão do rito para ordinário, tem-se não ser necessário, tendo em vista que nada impede a produção de provas no rito sumário. Nesses termos, pede deferimento, reiterando a inicial. É o que se requer. **Em seguida pelo MM juiz foi dito:** passo a sanear o feito. Quanto a preliminar de carência de ação por falta do interesse de agir, a afasto também com fulcro na facilitação do acesso a tutela jurisdicional e também na inexibilidade do esgotamento ou procura da via administrativa como requisito antes de se pleitear em juízo. Inexiste qualquer disposição normativa nesse sentido, o que da a parte o direito de pleitear diretamente em juízo sem procurar a via administrativa onde poderá ter ser pedido dificultado por exigências burocráticas não dispostas em lei. No que tange a preliminar a ausência de documento imprescindível, entendo por afastá-la, porque inexistente qualquer disposição normativa legal que exija como imprescindível qualquer documento especificamente, ao reverso o art. 5 da lei 6.194/74, afasta qualquer restrição probatória. Diz o citado art. 5º: *“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do*





50

**segurado.**” Desta forma, afasto esta preliminar que foi colocada quando da contestação dentro do arrazoado do mérito. Por fim, quanto a necessidade de conversão do rito sumário para o ordinário, não vejo necessidade, inobstante se fazer inconteste a necessidade de exame pericial, o que no entanto poderá ser feito, sem necessidade de se afastar a instrução probatória neste instante. Apenas, dilatando-a um pouco. Entendo, desta forma, por ver um rito mais célere, como benéfico a ambas as partes e não prejudicial a busca da prova das alegações das partes. Passo a instruir o feito ao tempo em que verifico a necessidade de melhor se instruir o feito com prova técnica pericial. **Razão pela qual determino que seja oficiado ao GEMOL de Guarabira para realização de perícia afim de se averiguar a existência de invalidez ou debilidade, onde o médico deverá responder os seguintes quesitos do juízo, além dos quesitos propostos pelo promovido: 1) O examinado está acometido de lesão? 2) Se essa lesão tem caráter permanente? 3) Qual o grau dessa lesão, numa escala de 0 a 100% de acordo com a tabela descrita no art. 3º da Lei 6194/74, com as alterações introduzidas pela medida provisória 451/2008 ou mesmo pela tabela de acidentes de trabalho de classificação internacional de doença? 4) Oficie-se ao GEMOL de Guarabira para agendar dia e hora para realização da perícia, advertindo-se que a data deve ser informada com antecedência para que seja possibilitada a intimação das partes. A parte promovente diz nesse ato concordar com os quesitos do juízo. Informada a data, intime-se as partes para comparecer ao ato. Nada mais havendo a consignar, encerro o presente termo que segue devidamente assinado pelos presentes abaixo. Eu, LD, Técnico Judiciário o digitei e assino.**

  
Juiz de Direito

Promovente

Advogado do promovente 

Preposto do promovido 

Advogado do promovido

P. L. S.  
Oficial de Justiça



# CARGA

Nesta data faço carga dos presentes autos

a(o) Bel.(a) Advogado

Pilões. 20 / 05 / 15

SA  
Téc. Judiciário



Processo 0000 146-74-2014.815.0481

Distribuído 03.03.14

51  
58

## AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

Art 31 da lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a lei 6.194 de 14/12/1974

### INFORMAÇÕES DA VITIMA

Nome completo: Edimundo Vieira dos Santos

CPF: 051.574.084-55

Endereço completo: Rua: Antonio Colatto do Rego, 125, São Antonio, Antequil PB

### INFORMAÇÕES DO ACIDENTE

Local: Rodovia PB 075

Data do acidente: 16 / 08 / 13

### CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO MÉDICA

Declaro que as informações de vítima e do acidente acima indicadas, são verdadeiras e que compareci; por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº \_\_\_\_\_ para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente do qual figura como autor e que tramita na UNICA Vara Cível ou JEC da Comarca Piloto - (\_\_\_\_)

Local, Data 29.05.15

Edimundo Vieira dos Santos

Assinatura da vítima

### AVALIAÇÃO MÉDICA

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

**Só prosseguir em caso de resposta positiva**

II) Descrever o quadro clínico atual informado:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometido(s):

2º dedo da mão esquerda

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando as medidas terapêuticas tomadas na fase agudado trauma.

Trauma contuso em 2º dedo da mão esquerda - Sintomas conservados.

III) há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação

( ) Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Seguindo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ( ) Disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico/ ou funcional definitivo (sequelas)



Assinado eletronicamente por: MARIA DO CEU LIMA RIBEIRO - 18/08/2020 07:27:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2008180743510000000031879397>

Número do documento: 2008180743510000000031879397

Num. 33306871 - Pág. 35

Em caso de anatômico/ ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas no patrimônio físico da vítima.

Dor e discreta restrição funcional  
no 2º dedo da mão esquerda com

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento faz-se necessário exame complementar?

( ) Sim, em que prazo:

ausência de hipertrofia  
muscular.

(X) Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na lei 11.945 de 4 de julho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando segundo o anexo constante à lei 11.945/09 o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo no instrumento legal, firmar a sua graduação:

**Segmento corporal acometido:**

a) ( ) Total

(dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) (X) Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

**Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:**

b.1 ( ) Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2 (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)]

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima segundo o previsto na alínea II §1º do art 3º da lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1º Lesão

2º dedo da ( ) 10% residual ( ) 25% leve (X) 50% Média ( ) 75% Intensa

mão esquerda

2º Lesão ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

3º Lesão

( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

4º Lesão

( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data de realização do exame médico:

J. Pessoa, 29/05/2015

Assinatura do médico – CRM:

Dr. Rosângela P. de Paiva  
Médica - CRM: 1133-514-3  
CPF: 687.138.514-3





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos  
**I MUTIRÃO DPVAT – JOÃO PESSOA / 2015**

Banca: 19

Processo nº: 0000146-74.2014.815.0481

Vara de Origem: VARA ÚNICA DA COMARCA DE PILÕES

Requerente: EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS

Advogado: STELIO TIMOTHEO FIGUEIREDO – OAB/PB: 13.254

Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.  
CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

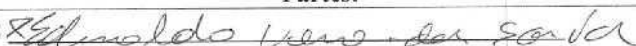
Preposto da Seguradora: Suelio Moreira Torres CPF: 052.236.464-01; Fernanda Cibelle A.da Silva, CPF: 023.974.344-07; Nickolas Russell de Pinho Alves, CPF: 082.579.164-20; Maurilio Rodrigues de Medeiros Junior, CPF: 011.000.364-07; Mario Renato Pilar de A. Filho, CPF: 063.178.574-40. Isabel Teixeira das Chagas, CPF: 088.289.997-05.

Advogado da Seguradora: Robson de Lima Cananéia Filho – OAB/PB: 18.909

As partes acima identificadas, todos representados neste momento por seus advogados, no Ginásio Poliesportivo do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, foi realizada audiência de tentativa de conciliação, a qual não obteve êxito, NÃO ACEITOU A PROPOSTA. Assim, retornem os autos ao Juízo de origem com as devidas cautelas.

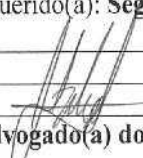
  
Conciliador: Waldemar Fábio Oliveira de Arruda

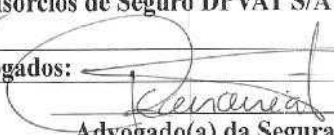
Partes:

Requerente: 

Requerido(a): Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A

Advogados:

  
Advogado(a) do Requerente

  
Advogado(a) da Seguradora

João Pessoa, 29 de maio de 2015

Magistrados:

  
Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juíza Erica Tatiana Soares Amaral Freitas

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juíza Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

Juíza Maria das Graças Fernandes Duarte

Juiz Sivanildo Torres Ferreira






53  
58

Despacho

Vistos, etc.

Intimem-se as partes para se pronunciarem, no prazo de 5(cinco) dias, sobre o laudo pericial de fl.51.

Pilões, 11 de Setembro de 2015

  
Gilberto de Medeiros Rodrigues  
Juiz de Direito Substituto


DATA

Recebi nesta data os presentes autos  
do juiz

Comarca, 11 de 09 de 15

SW  
Analista

Ciente 24/05/16

  
01B/PB 13254.



JUNTADA

Nesta data, junta a estas autos

a petição

Contada 24 de 05 de 16

SM



**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA  
DE PILÕES-PB**

PROCESSO N. 0000146-74.2014.815.0481

FORUM DE PILÕES 26/05/2016 11:26:000298

**EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS**, já qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT (INVALIDEZ PERMANENTE)** que promove contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, por seu advogado, vem a V. Exa. apresentar manifestação sobre a **AVALIAÇÃO MÉDICA** – fls. 51 e verso, exame realizado em 29/05/2015, no **MUTIRÃO DPVAT**, para expor e requer o que segue:

A **AVALIAÇÃO MÉDICA – MUTIRÃO DPVAT** foi elaborado com fins de conciliação, em que a parte autora não concordou com a avaliação do médico das seguradoras, que quantificaram a lesão em segmento corporal e grau da invalidez que não correspondem as verdadeiras lesões sofridas. E por este motivo impugna o exame para que seja desconsiderado.

Assim, o autor requer a V. Exa. seja realizada perícia judicial, para que o perito legal, a ser nomeado por este MM. Juízo, quantifique a lesão sofrida, nos termos do que ficou determinado em Termo de Audiência, datado de 25/09/2014.

Nestes termos, pede deferimento.

Pilões-PB, 24 de maio de 2016.



**STELIO TIMOTHEO FIGUEIREDO**

**OAB/PB 13.254**

**JOÃO PESSOA**

Av. Dom Pedro I, 719  
Edif. Dinâmica Center, sala 404 - Centro  
Fone/Fax: (83) 3224-1874

**GUARABIRA**

Rua José Epaminondas, 102  
Praça Dr. Alberto Carlos Pontes - Bairro Novo  
Fone/Fax: (83) 3271-2027



# CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi expedida a  
NOTA DE FORO, publicação nº

CIS) \_\_\_\_\_

Processo-PB 24/05/16

S.M.  
Analista Técnico





FABIANO DO MONTE COSTA 16170 PB - EDILNOR FERREIRA DE MEDEIROS Nº 58/15 INTIME-SE O RÉU PARA O FORMALIZAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000195-47.2015.8.15.0781 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: MARIA DA PENHA DA CONCEIÇÃO (032.887.714-00) - RÉU MUNICÍPIO DE GUARINHIM (08.859.444/0001-84) - AUTOR ADVOGADOS: 17058 PB - JOSÉ CARLOS ALVES DE AQUINO JUNIOR Nº 39/16 REVELA DECISÃO REJEITADA. INTIME-SE O AUTOR PARA ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDEM PRODUZIR.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000194-44.2015.8.15.0781 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: MARIA GARCETE RODRIGUES DE OLIVEIRA (738.646.304-10) - RÉU MUNICÍPIO DE GUARINHIM (08.859.444/0001-84) - AUTOR ADVOGADOS: 4307 PB - MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA 18678 PB - ADÃO SOARES DE SOUSA Nº 58/16 INTIME-SE AS PARTES PARA ESPECIFICAREM AS PROVAS QUE PRETENDEM PRODUZIR.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000204-58.2015.8.15.0761 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: MARIA DA PENHA DA CONCEIÇÃO (032.887.714-00) - RÉU MUNICÍPIO DE GUARINHIM (08.859.444/0001-84) - AUTOR ADVOGADOS: 4007 PB - MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA 18678 PB - ADÃO SOARES DE SOUSA Nº 58/16 INTIME-SE AS PARTES PARA ESPECIFICAREM AS PROVAS QUE PRETENDEM PRODUZIR.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000224-79.2015.8.15.0761 CLASSE: 22 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Sumário PARTES: ELIANE CAVALCANTI DE MELLO (020.911.834-70) - RÉU WELTON MELLO DOS SANTOS (701.135.814-59) - RÉU SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (08.248.563/0001-04) - AUTOR ADVOGADOS: 14760 PB - MARCEL VASCONCELOS LIMA 14760 PB - MARCEL VASCONCELOS LIMA 20111 PB - SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE Nº 58/16 INTIME-SE AS PARTES PARA ESPECIFICAREM AS PROVAS QUE PRETENDEM PRODUZIR.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000234-36.2015.8.15.0781 CLASSE: 22 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Sumário PARTES: JOAO VALENTIM DA SILVA (036.953.224-56) - RÉU MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (61.074.175/0001-38) - AUTOR ADVOGADOS: 18665 PB - CAIO CHAVES ALVES PESSOA 4245 PB - JOAO ALVES BARBOSA FILHO Nº 58/16 INTIME-SE A PARTE DEMANDANTE PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO. NO PRAZO LEGAL.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000244-70.2015.8.15.0761 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: JOSILENE ALVES DE ANDRADE (011.763.714-52) - RÉU MUNICÍPIO DE GUARINHIM (08.859.444/0001-84) - AUTOR ADVOGADOS: 4007 PB - MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA 18678 PB - ADÃO SOARES DE SOUSA Nº 39/16 INTIME-SE AS PARTES PARA ESPECIFICAREM AS PROVAS QUE PRETENDEM PRODUZIR.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000469-23.2015.8.15.0761 CLASSE: 438 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Sumário Especial PARTES: JOSEFA CRISTINA COELHO - ME (10.404.645/0001-43) - AUTOR BANCO DO BRASIL SA (00.000.000/0001-00) - RÉU ADVOGADOS: 18665 PB - CAIO CHAVES ALVES PESSOA 8958 PB - JOELSON ALBINO DE BULHÕES Nº 58/2016 INTIME-SE O BANCO PROMOVENDO PARA EFETUAR O PAGAMENTO DA CONDENÇÃO SOB PENA DE MULTA DE 10% NOS TERMOS DO ART. 532 DO CPC.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000524-41.2015.8.15.0761 CLASSE: 22 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Sumário PARTES: JOSEFA ANCELIA DE TADEU (074.104.394-75) - RÉU WAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (61.074.175/0001-38) - AUTOR LEIJANNE PAULINO DA SILVA (012.774.204-24) - VITIMA ADVOGADOS: 18578 PB - ADÃO SOARES DE SOUSA Nº 04/2016 INTIME-SE A DEFESA DO ACUSADO PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA 02/06/2016. ÀS 09:30H. NO FÓRUM LOCAL.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000596-28.2015.8.15.0781 CLASSE: 183 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar - Cautelar Inominada PARTES: LAERCIO DE MEDEIROS ALVES - ME (10.984.194/0001-60) - REQUERIDO LACERDA DUARTE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP (07.061.415/0001-14) - REQUERENTE ADVOGADOS: 15335 PB - GORDIANO BRUNO CANTOIANO DE ANDRADE Nº 58/16 INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, EM QUINZE DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA RESPOSTA DO RÉU, IDENTIFICANDO-LHE QUE PODERÁ REQUERER A PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS, ALÉM DAS QUE JÁ FORAM PRODUZIDAS COM A INICIAL (ARTS. 350 E 351, DO NCPC).

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000596-28.2015.8.15.0781 CLASSE: 183 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar - Cautelar Inominada PARTES: LAERCIO DE MEDEIROS ALVES - ME (10.984.194/0001-60) - REQUERIDO LACERDA DUARTE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP (07.061.415/0001-14) - REQUERENTE ADVOGADOS: 15335 PB - GORDIANO BRUNO CANTOIANO DE ANDRADE Nº 58/16 INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, EM QUINZE DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA RESPOSTA DO RÉU, IDENTIFICANDO-LHE QUE PODERÁ REQUERER A PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS, ALÉM DAS QUE JÁ FORAM PRODUZIDAS COM A INICIAL (ARTS. 350 E 351, DO NCPC).

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000634-04.2015.8.15.0781 CLASSE: 183 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar - Cautelar Inominada PARTES: LAERCIO DE MEDEIROS ALVES - ME (10.984.194/0001-60) - REQUERIDO MADEIRAS DUARTE INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA - EPP (07.061.415/0001-14) - REQUERENTE ADVOGADOS: 15335 PB - GORDIANO BRUNO CANTOIANO DE ANDRADE Nº 58/16 INTIME-SE A PROMOTENTE PARA INFORMAR O CORRETO ENDEREÇO DO PROMOVIDO.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000644-04.2015.8.15.0781 CLASSE: 183 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar - Cautelar Inominada PARTES: LAERCIO DE MEDEIROS ALVES - ME (10.984.194/0001-60) - REQUERIDO MADEIRAS DUARTE INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA - EPP (07.061.415/0001-14) - REQUERENTE ADVOGADOS: 15335 PB - GORDIANO BRUNO CANTOIANO DE ANDRADE Nº 58/16 INTIME-SE A PARTE AUTORA, ATRAVÉS DE SEU ADVOGADO, PARA INFORMAR O CORRETO ENDEREÇO DA PROMOVIDA.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000645-58.2015.8.15.0761 CLASSE: 183 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar - Cautelar Inominada PARTES: LAERCIO DE MEDEIROS ALVES - ME (10.984.194/0001-60) - REQUERIDO MADEIRAS DUARTE INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA - EPP (07.061.415/0001-14) - REQUERENTE ADVOGADOS: 15335 PB - GORDIANO BRUNO CANTOIANO DE ANDRADE Nº 58/16 INTIME-SE A PROMOTENTE PARA INFORMAR O CORRETO ENDEREÇO DA PROMOVIDA.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000745-24.2015.8.15.0761 CLASSE: 183 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar - Cautelar Inominada PARTES: LAERCIO DE MEDEIROS ALVES - ME (10.984.194/0001-60) - REQUERIDO F.H. DE ALMEIDA COMERCIO - ME (11.681.118/0001-79) - REQUERIDO ADVOGADOS: 15335 PB - GORDIANO BRUNO CANTOIANO DE ANDRADE Nº 58/16 INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, ATRAVÉS DE SEU ADVOGADO, O CORRETO ENDEREÇO DO PROMOVIDO.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000745-24.2015.8.15.0761 CLASSE: 183 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar - Cautelar Inominada PARTES: LAERCIO DE MEDEIROS ALVES - ME (10.984.194/0001-60) - REQUERIDO AGUA VERDE COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS EIRELI - EPP (04.514.718/0001-00) - REQUERENTE ADVOGADOS: 15335 PB - GORDIANO BRUNO CANTOIANO DE ANDRADE Nº 58/16 INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, EM 15 DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA RESPOSTA DO RÉU, IDENTIFICANDO-LHE QUE PODERÁ REQUERER A PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS, ALÉM DAS QUE JÁ FORAM PRODUZIDAS COM A INICIAL (ARTS. 350 E 351, DO NCPC).

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000745-24.2015.8.15.0761 CLASSE: 183 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar - Cautelar Inominada PARTES: LAERCIO DE MEDEIROS ALVES - ME (10.984.194/0001-60) - REQUERIDO F.H. DE ALMEIDA COMERCIO - ME (11.681.118/0001-79) - REQUERIDO ADVOGADOS: 15335 PB - GORDIANO BRUNO CANTOIANO DE ANDRADE Nº 58/16 INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, EM 15 DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA RESPOSTA DO RÉU, IDENTIFICANDO-LHE QUE PODERÁ REQUERER A PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS, ALÉM DAS QUE JÁ FORAM PRODUZIDAS COM A INICIAL (ARTS. 350 E 351, DO NCPC).

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000745-24.2015.8.15.0761 CLASSE: 183 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar - Cautelar Inominada PARTES: LAERCIO DE MEDEIROS ALVES - ME (10.984.194/0001-60) - REQUERIDO BEIRÃO COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI - EPP (19.367.109/0001-30) - REQUERENTE ADVOGADOS: 15335 PB - GORDIANO BRUNO CANTOIANO DE ANDRADE Nº 58/16 INTIME-SE O PROMOVENTE PARA INFORMAR O CORRETO ENDEREÇO DA PROMOVIDA.

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000845-75.2015.8.15.0761 CLASSE: 436 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Sumário Especial PARTES: MARLI FERREIRA DE ARAUJO (019.141.234-68) - AUTOR WILSON POLI ELETRODO

MESTICOS AM S.A. (53.699.838/0001-80) - RÉU CLAUDIO S.A. LOJAS DE DEPARTAMENTOS (06.862.527/0001-38) - RÉU ADVOGADOS: 14760 PB - MARCEL VASCONCELOS LIMA Nº 58/16 INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, EM 15 DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA RESPOSTA DO RÉU, IDENTIFICANDO-LHE QUE PODERÁ REQUERER A PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS, ALÉM DAS QUE JÁ FORAM PRODUZIDAS COM A INICIAL (ARTS. 350 E 351, DO NCPC).

VARA ÚNICA DE GUARINHIM PROCESSO: 5000855-23.2015.8.15.0761 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: EDGAR FERREIRA DA SILVA NETO (063.475.694-86) - AUTOR ESTADO DA PARAIBA (08.791.124/0001-09) - RÉU ADVOGADOS: 15548 PB - JOSE GOUVEIA LIMA NETO Nº 58/16 INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, EM QUINZE DIAS, MANIFESTAR-SE ACERCA DA RESPOSTA DO RÉU, IDENTIFICANDO-LHE QUE PODERÁ REQUERER A PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS, ALÉM DAS QUE JÁ FORAM PRODUZIDAS COM A INICIAL (ARTS. 350 E 351, DO NCPC).

#### PILOSES

VARA ÚNICA DE PILOSES PROCESSO: 0000149.74.2014.8.15.0481 CLASSE: 22 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Sumário PARTES: EDNALDO VIEIRA DOS SANTOS (051.874.084-59) - AUTOR SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (08.248.563/0001-04) - RÉU ADVOGADOS: 13254 PB - STELLA TIMOTHÉO FIGUEIREDO INTIME-SE A SEGURADORA LIDER PARA SE PRONUNCIAR, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOBRE O LAUDO PERICIAL DE FLS. 51.

#### EDITAIS

#### CAPITAL

COMARCA DA CAPITAL - 2ª. CÍVEL EDITAL DE INTIMAÇÃO AO CÍVEL, PRAZO: 30 Dias Processo: 9759/2002/01312001 Ass: EXECUÇÃO DE TÍTULO EX O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude da lei, etc. FAZ SABER INTIMANDO: FORTI FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, FINALIDADE: DE, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para que, sob pena de extinção do feito, sob pena de extinção da demanda. Para que não se alegue ignorância é expedido o presente, publicado na forma da Lei, Curitiba - São Paulo/SP, 23 de maio de 2015, Michelle Leite Felix Ventura, Técnica Judiciária.

COMARCA DA CAPITAL - 2ª. CÍVEL EDITAL DE INTIMAÇÃO AO CÍVEL, PRAZO: 30 Dias Processo: 36555/2010/01315001 Ass: PROCEDEMO O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude da lei, etc. FAZ SABER INTIMANDO: ANTONIO ALMEIDA FALCÃO DE ALMEIDA, devidamente qualificado, FINALIDADE: PARA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dizer de seu interesse no andamento do feito, sob pena de extinção da demanda. Para que não se alegue ignorância é expedido o presente, publicado na forma da Lei, Curitiba - São Paulo/SP, 23 de maio de 2015, Michelle Leite Felix Ventura, Técnica Judiciária.

COMARCA DA CAPITAL - VIOLÊNCIA DOM. EDITAL DE CITACAO, PRAZO: 15 DIAS Processo: 1113062015150002 Ass: ACÃO PENAL - PROCEDEM O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital vier ao conhecimento dele tiverem, especialmente ao réu JERÔNIMO DA CUNHA LOURENÇO, brasileiro, nascido em 17/05/1979, RG 3.508.609-SSP, filho de Fernando Lourenço da Silva e Ivonete Saturnino da Cunha, atualmente em lugar incerto e não sabido que por este Juizado da Violência Doméstica, tramitam os autos da ação penal supra, onde o mesmo foi denunciado nos termos do art. 129 do CP, c/c e P, incisos I, II e V da Lei 11.340/06, ação movida pelo Ministério Público em face do mesmo, pelo qual, mandou expedir o presente edital, com prazo de 10 dias, art. 359 e 356-A, acompanhando o referido processo até a decisão, sentença. E para que não alegue ignorância, o presente edital será publicado e afixado neste Fórum, em local de costume. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, aos 23 de maio de 2016. Eu, Inêlia Maria Silva Reis de Souza, Técnica Judiciária, em esforço concentrado. JAILSON SHIZUE SUASSUNA, Juiz de Direito.

COMARCA DA CAPITAL - VIOLÊNCIA DOM. EDITAL DE CITACAO, PRAZO: 15 DIAS Processo: 45258/2010/01315002 Ass: ACÃO PENAL - PROCEDEM O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital vier ao conhecimento dele tiverem, especialmente ao réu LEONARDO BEUT-TELMULLER PEREIRA LINS, brasileiro, nascido em 09/09/1983, filho de Adilson Mandonça Lins e de Maria de Fátima Beuttmüller, atualmente em lugar incerto e não sabido que por este Juizado da Violência Doméstica, tramitam os autos da ação penal supra, onde o mesmo foi denunciado nos termos do art. 147 do CP, c/c e P, incisos I, II e V da Lei 11.340/06, ação movida pelo Ministério Público em face do mesmo, pelo qual, mandou expedir o presente edital, com prazo de 10 dias, art. 359 e 356-A, acompanhando o referido processo até a decisão, sentença. E para que não alegue ignorância, o presente edital será publicado e afixado neste Fórum, em local de costume. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, aos 23 de maio de 2016. Eu, Inêlia Maria Silva Reis de Souza, Técnica Judiciária, em esforço concentrado. JAILSON SHIZUE SUASSUNA, Juiz de Direito.

COMARCA DA CAPITAL - VIOLÊNCIA DOM. EDITAL DE CITACAO, PRAZO: 15 DIAS Processo: 677281/2001/01315002 Ass: ACÃO PENAL - PROCEDEM O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital vier ao conhecimento dele tiverem, especialmente ao réu ANTONIO BATISTA DA SILVA FILHO, brasileiro, nascido em 03/07/1967, filho de Antônio Batista da Silva e de Francisca Henriqueta da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido que por este Juizado da Violência Doméstica, tramitam os autos da ação penal supra, onde o mesmo foi denunciado nos termos do art. 213 do CP, c/c e P, incisos I, II e V da Lei 11.340/06, ação movida pelo Ministério Público em face do mesmo, pelo qual, mandou expedir o presente edital, com prazo de 10 dias, art. 359 e 356-A, acompanhando o referido processo até a decisão, sentença. E para que não alegue ignorância, o presente edital será publicado e afixado neste Fórum, em local de costume. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, aos 23 de maio de 2016. Eu, Inêlia Maria Silva Reis de Souza, Técnica Judiciária, em esforço concentrado. JAILSON SHIZUE SUASSUNA, Juiz de Direito.

COMARCA DA CAPITAL - VIOLÊNCIA DOM. EDITAL DE CITACAO, PRAZO: 15 DIAS Processo: 6170905/2010/01315002 Ass: ACÃO PENAL - PROCEDEM O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital vier ao conhecimento dele tiverem, especialmente ao réu ACÁCIO JOSÉ LOPES CATARINO, brasileiro, nascido em 11/12/1961, filho de José Maria Lopes Catarino e de Adair Guedes Catarino, residente na Rua João Gualberto de Andrade, nº 302 - Bonifários, nesta Capital, atualmente em lugar incerto e não sabido que por este Juizado da Violência Doméstica, tramitam os autos da ação penal supra, onde o mesmo foi denunciado nos termos do art. 125 do CP, c/c e P, incisos I, II e V da Lei 11.340/06, ação movida pelo Ministério Público em face do mesmo, pelo qual, mandou expedir o presente edital, com prazo de 10 dias, art. 359 e 356-A, acompanhando o referido processo até a decisão, sentença. E para que não alegue ignorância, o presente edital será publicado e afixado neste Fórum, em local de costume. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, aos 23 de maio de 2016. Eu, Inêlia Maria Silva Reis de Souza, Técnica Judiciária, em esforço concentrado. JAILSON SHIZUE SUASSUNA, Juiz de Direito.

COMARCA DA CAPITAL - VIOLÊNCIA DOM. EDITAL DE CITACAO, PRAZO: 15 DIAS Processo: 051022301/01315002 Ass: ACÃO PENAL - PROCEDEM O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital vier ao conhecimento dele tiverem, especialmente ao réu FÁBIO GOMES DE FRANÇA, brasileiro, RG 247.348 - SSP/PB, natural de Teixeira-PB, filho de Maria do Socorro de Sousa e de Carmo Benedito de França, residente na Rua Frei Vital, 36, Varadouro, nesta Capital, atualmente em lugar incerto e não sabido que por este Juizado da Violência Doméstica, tramitam os autos da ação penal supra, onde o mesmo foi denunciado nos termos do art. 129 do CP, c/c e P, incisos I, II e V da Lei 11.340/06, ação movida pelo Ministério Público em face do mesmo, pelo qual, mandou expedir o presente edital, com prazo de 10 dias, art. 359 e 356-A, acompanhando o referido processo até a decisão, sentença. E para que não alegue ignorância, o presente edital será publicado e afixado neste Fórum, em local de costume. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, aos 23 de maio de 2015. Eu, Inêlia Maria Silva Reis de Souza, Técnica Judiciária, em esforço concentrado. JAILSON SHIZUE SUASSUNA, Juiz de Direito.

COMARCA DA CAPITAL - VIOLÊNCIA DOM. EDITAL DE CITACAO, PRAZO: 15 DIAS Processo: 9008355/2010/01315002 Ass: ACÃO PENAL - PROCEDEM O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital vier ao conhecimento dele tiverem, especialmente ao réu LUIZ FELIPE NOVAES DE ARAUJO GOMES brasileiro, nascido em 20/04/1984, filho de Sandra Maria de Araújo Gomes, residente na Rua Auro. Manoel Angulo da Oliveira, Edif. J. apt. 103 - Mangabeira VII, nesta Capital, atualmente em lugar incerto e não sabido que por este Juizado da Violência Doméstica, tramitam os autos da ação penal supra, onde o mesmo foi denunciado nos termos do art. 129 do CP, c/c e P, incisos I, II e V da Lei 11.340/06, ação movida pelo Ministério Público em face do mesmo, pelo qual, mandou expedir o presente edital, com prazo de 10 dias, art. 359 e 356-A, acompanhando o referido processo até a decisão, sentença. E para que não alegue ignorância, o presente edital será publicado e afixado neste Fórum, em local de costume. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, aos 23 de maio de 2016. Eu, Inêlia Maria Silva Reis de Souza, Técnica Judiciária, em esforço concentrado. JAILSON SHIZUE SUASSUNA, Juiz de Direito.






Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Comarca de Pilões  
Cartório do Único Ofício

Rua Cônego Teodomiro, 32, centro, Pilões-PB - Cep: 58.393-000 - Telefax: (83) 3276-1069

CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo para a promovida se pronunciar nos autos.  
O referido é a expressão da verdade. Dou fé.

Pilões, em 16 de maio de 2017.

  
Saulo Fernandes da Silva  
Técnico Judiciário





### CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos  
conclusos ao(a) MM. Juiz(a) de  
Direito.

Comarca, 16 de 05 de 17

SML  
Analista Técnico





53  
20/10/2020  
Lauro Nogueira dos Anjos  
JUIZ DE DIREITO

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA PILÕES**

**SENTENÇA**

PROCESSO Nº  
NATUREZA JURÍDICA  
PROMOVENTE  
PROMOVIDO

0000146-74.2014.815.0481  
COBRANÇA  
EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS.  
SEGURADORA LIDER DE CONSORCIOS DO SEGURO.

**COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE INVALIDEZ  
PERMANENTE PARA TRABALHAR - PROCEDÊNCIA PARCIAL DO  
PEDIDO - EXTINÇÃO DO PROCESSO.**

- Impõe-se o deferimento do pedido parcialmente quando não comprovado nos autos Através de perícia médica a invalidez permanente, extinguindo-se o processo com julgamento do mérito, nos termos do art.487, inciso I, do CPC

Vistos, etc.

**Cícero da Silva Rodrigues**, devidamente qualificado à fl.02, promoveu AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT, em face do promovido, também ali qualificado, sob alegação de que o promovente sofreu um acidente automobilístico sendo levado ao Hospital Regional de Guarabira.

Devidamente citado o promovido apresentou contestação como atesta fls.19-36 alegando que a parte autora não se manifestou para o pagamento do seguro DPVAT e que o acidente que sofreu não é condição para pedir o valor da indenização em questão.

Realizada audiência de conciliação instrução e julgamento foi designada perícia no Gemol na cidade de Guarabira às fls.49-50.

A perícia foi realizada e o laudo acostado nos autos às fls.51-52 no Multirão DPVAT na cidade de Pilões e não houve êxito.As partes foram convidadas a falar sobre o laudo, oportunidade em que o autor o fez às fls.54 e o promovido não se manifestou nos autos.

**É O QUE IMPORTA RELATAR. DECIDO.**



Trata-se de ação cobrança de seguro DPVAT na qual a parte promovente apenas alega, mas nada prova. Inexiste nos autos qualquer elemento com caráter probatório que corrobore a sua afirmação de que o mesmo após o acidente ficou com invalidez permanente pois laudo pericial prova o contrário.

O próprio autor concordou com a realização da perícia e portanto com o profissional médico designado para tal, não podendo esse juízo afastar tal prova apenas com base em alegações genéricas de que o referido laudo não certificou a lesão de forma verdadeira.

Desta forma, entendo por acolher a prova pericial produzida não havendo necessidade de nova produção de perícia conforme verifica-se no laudo a debilidade é parcial incompleto com o percentual de 50% em grau médio.

Condeno a parte promovida a pagar o valor da indenização pelo seguro DPVAT de acordo com a tabela estabelecida em lei e a perícia médica, correspondente ao valor de R\$675.00 (Seiscentos e setenta e cinco) reais, corrigidos monetariamente pelo IPCA a partir do instante em que deveria ter sido pago e com juros de mora de acordo com rendimentos da caderneta de poupança a partir da citação.

ISTO POSTO, com fulcro nas razões de fato e de direito acima elencadas, no art. 487, inciso I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito. Transitada em julgado esta decisão, archive-se, com baixa na distribuição.

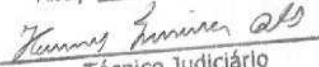
P.R.I.

Pilões, 22 de março de 2018.

  
Iano Miranda dos Anjos  
Juiz de Direito

**TERMO DE PUBLICAÇÃO E REGISTRO  
DE SENTENÇA**

Certifico que nesta data, publiquei  
neste cartório do Único Ofício da  
Comarca de Pilões, a Sentença de  
Rs. 561.561 e registrei no  
Livro Virtual às fls.         . Dou Fé.  
Pilões, 28/03/2018.

  
Técnico Judiciário

**CERTIDÃO**

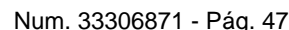
Certifico que nesta data foi expedida a  
NOTA DE FORO publicação n.º  
o(s) 561.561

Pilões, 26 de 03 de 2018

  
Analista Técnico

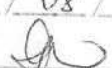


TABLE 1. *Continued*



**CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO**  
Certifico que a Sentença de fls. 56/56v.  
transitou em Julgado em 19/04/18  
Pelas 16/08/18  
  
Técnico Judiciário

**BAIXA E ARQUIVAMENTO**

Em 16 de AGOSTO de 2018  
foi procedida a baixa e arquivamento dos  
presentes autos, em cumprimento ao  
despacho/Sentença do fls. O referido é  
verdade e dou fe  
Pelas 16/08/18  
  
Técnico Judiciário





Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pilões - PB

✓ Desarquivem.  
M. autor.  
CLS.  
Am, 24.10.18

Alexandra Vazquez P. Moury de O. Lima  
Juiz de Direito em Substituição

Processo n.º: 0000146-74.2014.8.15.0481

**Seguradora Lider do Consórcio do Seguro Dpvt S.A** (Portaria Susep nº 34 de 02/08/2016), já devidamente qualificada nos autos da **Ação de Cobrança securitária-DPVAT** que lhe move **Edinaldo Vieira dos Santos**, vem, respeitosamente, por intermédio de seus advogados infra-assinados, devidamente constituídos *ut* instrumento de procuração presente no processo, requerer o **DESARQUIVAMENTO, bem como CHAMAMENTO DO FEITO À ORDEM**, nos termos aduzidos abaixo:

No caso em tela, a sentença, publicada em 19.08.2016 (Doc. 01) **não atendeu ao pedido de intimações exclusivas em nome do SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE, OAB/PB 20.111-A, conforme requerido quando do protocolo da Contestação nos autos em questão.**

Cabe explicar que no presente caso, o advogado responsável pelo citado processo da **Seguradora Lider do Consórcio do Seguro Dpvt S.A**, ora demandada, não foi intimado da publicação da sentença, razão pela qual não pode apresentar Recurso de Apelação face ao *decisum* proferido, apenas tomando ciência de que já havia sentença, através de consultas processuais de rotina, de modo que a relação jurídica em destaque sequer foi formalizada.

Assim foram cerceados direitos elementares, como tais o direito ao contraditório e a ampla defesa (devido processo legal), com os aspectos a estes inerentes.

Ora, é princípio basilar que os jurídicos e legais efeitos provenientes de uma sentença, dependem inexoravelmente da relação jurídica validamente formada, em que sejam asseguradas as partes a





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Protocolo: P000037180481  
Data : 30/08/2018 Hora : 16:01:57  
Tipo : PETICAO (OUTRAS)  
Processo : 0000146-74 2014.815.0481  
Status : BAIXADO  
Justiça Gratuita : SIM  
Comarca : PILOES  
Vara : VARA UNICA DE PILOES  
Classe : PROCEDIMENTO SUMARIO  
Assunto : SEGURO  
Parte(s) Peticionante(s):  
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT  
Guia : 482018600054  
Localizador: OFICIE-SE



igualdade de tratamento, a fim de que possa fazer valer seus direitos, defendendo-os de potencial ameaça.

Em decorrência de tal vício de intimação o patrono da causa **não** teve ciência da aludida decisão, fato que levou ao trânsito em julgado, só vindo dela saber por acaso no atual momento processual.

A propósito, o novo Código de Processo Civil, em seu art. 272, § 2º, diz expressamente que **é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil**, sob pena de nulidade. *verbis*:

Art. 272 - Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.

§ 5º - Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados. (grifou apostos)

**Não há, portanto, contagem de prazo sem que o advogado seja devidamente intimado.** Nesse sentido, a jurisprudência:

Art 272, § 5º Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade. (grifos apostos)

Comprovado está que consta nos autos expresso requerimento para que as intimações e publicações fossem implementadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do patrono **SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE, OAB/PB 20.111-A**, pelo que fica evidente e inafastável a nulidade da intimação da sentença em comento.

Diante do exposto, **requer-se com URGÊNCIA o chamamento do feito a ordem para que seja reconhecida a nulidade da intimação damanifestação acerca do laudo, bem como da sentença e demais atos posteriores, inclusive tornando sem efeito o trânsito em julgado, determinando-se a devolução do respectivo prazo recursal, por ser imperativo de justiça.**



Desse modo, conforme demonstrado, tendo em vista a nulidade da sentença, pela ausência de intimação ao patrono da ré, **requer a Demandada o chamamento do feito à ordem** no sentido de que o seja publicado uma nova intimação em nome da Seguradora Lider do Consórcio do Seguro Dpvt S.A (Portaria Susep nº 34 de 02/08/2016), constando o nome do seu advogado, SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE, OAB/PB 20.111-A, conforme requerido na Contestação, devolvendo o prazo recursal, para possibilitar a demandada questionar a decisão proferida em 1º grau, em instância superior.

Por fim, requer que as notificações e/ou intimações de estilo, bem como as publicações editalícias doravante expedidas, sejam realizadas **CONJUNTA E EXCLUSIVAMENTE** em nome do patrono SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE, OAB/PB 20.111 – A e da sociedade de advogados que este integra, GOUVEIA, MAGALHÃES E MOURY FERNANDES ADVOGADOS, **sob pena de nulidade.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Pilões/PB, 28 de agosto de 2018.

**SUÉLIO MOREIRA TORRES**

**OAB/PB 15.477**



62

**Documento 01**  
**Publicação da Sentença Nula**

RECIFE Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil Fone 55 (011) 3447.7900 Fax 55 (011) 3447.7999  
JOÃO PESSOA Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil Fone / Fax 55 (033) 3241.1035 / 3241.1075  
SALVADOR Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil Fone / Fax 55 (71) 3271.0998





00921 Processo: 0001703-93.2014.8.15.0391 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA DA PAZ DOS SANTOS VIANEIRO ADVOGADO: 013220PB NILI TRIGUEIRO DANTAS, REU: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDO ADVOGADO: 01582PB ROMULO LEAL COSTA, 010204PB NEWTON NOBEL SOBRINHO VITA, Despacho: Intime-se o autor expedido e a disposição.(v)

VARA ÚNICA DE SOUSA/PB NF 047/18 (Parágrafo 2º, do Art.370 do CPP.Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).  
00922 Processo: 0001398-02.2017.8.15.0391 - AUTO DE APREENSÃO EM ADOLESCÊNCIA AUTOR: V. G. S. ADVOGADO: 02353PB JOSEFA MARQUILANE JORGE, Despacho: Intime-se a advogada constituída para apresentar defesa prévia e rol de testemunhas, no prazo de 03 dias, bem como, forado intimada da data da audiência designada para o dia 13/06/2018, às 09:03 horas.

#### SOUZA

2A. VARA DE SOUSA/PB NF 021/18 (Parágrafo 2º, do Art.370 do CPP.Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).  
00923 Processo: 0124054-24.2016.8.15.0371 - REPRESENTAÇÃO CRIMINAL REU: RONALDO ADRIANO DA SILVA ADVOGADO: 019206PB ANA MARIA RIBEIRO DE ARAGAO, Despacho: Intime-se o advogado do réu para alegações finais, no prazo legal.

4A. VARA DE SOUSA/PB NF 026/18 (INTIMAÇÃO: ART. 235 DO CPC).  
00924 Processo: 0003333-36.1991.8.15.0371 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: ESTADO DA PARAIBA ADVOGADO: 00441PB RICARDO SERGIO FREIRE DE LUCENA, Despacho: Intime-se o procurador da fazenda estadual para fazer cargo dos presentes autos em seu favor.

5A. VARA DE SOUSA/PB NF 026/18 (INTIMAÇÃO: ART. 235 DO CPC).  
00925 Processo: 0003333-36.1991.8.15.0371 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: BANCO DO BRASIL S/A ADVOGADO: 21164BA RAFAEL SGAZERLA DURAND, 21164BP RAFAEL SGAZERLA DURAND, REU: CELSO BATISTA DE MOURA REU: MARCOS JOSÉ COELHO REU: JOSE GOMES DA SILVA ADVOGADO: 00347PB JOAO HENRIQUE DE SOUZA, 000843PB ANANIAS PORDEUS GADIELHA, 00888PB DANIEL PINTO NOBREGA GADIELHA, Sentença: Intime-se o processo extinto pelo cumprimento da obrigação (pagamento). Prazo legal.

00926 Processo: 0003333-36.2012.8.15.0371 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: FRANCISCA WANDERLEY FERNANDES ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, Despacho: Intime-se a parte autora para tomar conhecimento do despacho de fl. 556, o qual determinou o arquivamento dos autos. Prazo legal.

6A. VARA DE SOUSA/PB NF 035/18 (Parágrafo 2º, do Art.370 do CPP.Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).  
00927 Processo: 0005026-26.2007.8.15.0371 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO REU: SEVERINO MCALDO LEITE ADVOGADO: 002203PB JOAO MARQUES ESTRELA E SILVA, Despacho: Intime-se para no prazo de 10 (dez) dias apresentar resposta à Acusação em favor de seu constituído.  
00928 Processo: 0125029-64.2016.8.15.0371 - REPRESENTAÇÃO CRIMINAL REU: DANIEL LEMOS DE AZEVEDO MAMA ADVOGADO: 00563PB LEOPOLDO WAGNER ANDRADE DA SILVEIRA, Despacho: Intime-se a defesa da audiência designada para o dia 22/05/2018, às 09:30 horas

#### SUME

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SUMÉ NF 035/18 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).

00929 Processo: 0000002-07.1988.8.15.0451 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 012595PB ADRIANO LEITE DE MACEDO, Despacho: Intime-se de suspensão do processo até 27/12/2018

00930 Processo: 0001021-18.2006.8.15.0451 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 012595PB ADRIANO LEITE DE MACEDO, Despacho: Intime-se de que o processo fica suspenso até 27/12/2018

00931 Processo: 0001555-51.2010.8.15.0451 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 012595PB LYSANKA DOS SANTOS XAVIER, Despacho: Intime-se de que o processo encontra-se suspenso até 27/12/2018

00932 Processo: 0001558-08.2010.8.15.0451 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 012595PB ADRIANO LEITE DE MACEDO, Despacho: Intime-se de que o processo encontra-se suspenso até 27/12/2018

00933 Processo: 0001050-73.2016.8.15.0451 - EXECUÇÃO FISCAL AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 012886PB LYSANKA DOS SANTOS XAVIER, Despacho: Intime-se de que o processo encontra-se suspenso até 27/12/2018

00934 Processo: 0001566-30.2010.8.15.0451 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 012595PB ADRIANO LEITE DE MACEDO, Despacho: Intime-se de que o processo encontra-se suspenso até 27/12/2018

00935 Processo: 0001568-50.2016.8.15.0451 - EXECUÇÃO FISCAL AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 012886PB LYSANKA DOS SANTOS XAVIER, Despacho: Intime-se de que o processo encontra-se suspenso até 27/12/2018

00936 Processo: 0001077-12.2010.8.15.0451 - EXECUÇÃO FISCAL AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 012886PB LYSANKA DOS SANTOS XAVIER, Despacho: Intime-se de que o processo encontra-se suspenso até 27/12/2018

00937 Processo: 0001087-58.2010.8.15.0451 - EXECUÇÃO FISCAL AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 012595PB ADRIANO LEITE DE MACEDO, Despacho: Intime-se de que o processo encontra-se suspenso até 27/12/2018

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SUMÉ NF 035/18 (Parágrafo 2º, do Art.370 do CPP.Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).

00938 Processo: 0000335-78.2017.8.15.0451 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO REU: TALE DA SILVA FEITOZA ADVOGADO: 02658PB RENATO MENDONÇA DE LIMA, Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 27/03/2018 às 10:30hs

00939 Processo: 0000611-9.2015.8.15.0451 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO REU: ADAILTON DE SOUSA BATISTA ADVOGADO: 005986PB VALDEMIR FERREIRA DE LUCENA, Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 27/03/2018 às 10:30hs

00940 Processo: 0000547-50.2015.8.15.0451 - INQUÉRITO POLICIAL INDICIADO: ANA CARLA DA SILVA RODRIGUES ADVOGADO: 020559PB RENATO MENDONÇA DE LIMA, INDICIADO: EGONALDO DE SOUSA OLIVEIRA ADVOGADO: 012233PB JOSE CARLOS GOMES DA COSTA, Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 27/03/2018 às 10:30hs

#### TAPEROA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE TAPEROA NF 031/18 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).

00941 Processo: 0000453-56.2006.8.15.0391 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 00591PB JOSE OSNI NUNES, 00972PB MARIA DO SOCORRO NOBREGA LOPES, Despacho: Intime-se para no prazo de 15 dias depositar as diligências do mérito referente à reavaliação conforme fls. 49.

#### TEIXEIRA

VARA ÚNICA DE TEIXEIRA NF 045/18 (INTIMAÇÃO: ART. 235 DO CPC).

00942 Processo: 0000009-03.2016.8.15.0391 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 023462CB ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO, 012463PB RAFAELA SILVEIRA DA CUNHA ARAUJO, Despacho: Intime-se a parte autora, para em 15 (quinze) dias, complementar o recolhimento das custas devidas.

00943 Processo: 0000066-73.2016.8.15.0391 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: JACI PASTOR GUEDES ADVOGADO: 012242PB BRUNO VIEIRA FERNANDES PINHEIRO, Despacho: Intime-se a parte autora, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento da ação sob pena de extinção sem resolução de mérito.

00944 Processo: 0000118-95.2003.8.15.0391 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: ALMEIDA COM DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ADVOGADO: 00871PB NUBIA SOARES DE LIMA, REPRESENTANTE LEGAL: SOLON DE ALMEIDA ADVOGADO: 00871PB NUBIA SOARES DE LIMA, REU: MUNICÍPIO DE DESTERRO-REPRESENTANTE LEGAL: MARIA DAS NEVES NUNES DE ALMEIDA, Despacho: Intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar interesse na impugnação apresentada.

00945 Processo: 0000709-13.2015.8.15.0391 - AVERIGUAÇÃO DE PATER AUTOR: M. C. A. C. ADVOGADO: 011107PB ALINE LEITE MEDEIROS, 00808PB RINALDO WANDERLEY, 020937PB RAFAEL MONTENEGRO WANDERLEY, Despacho: Intime-se a parte autora, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito sob pena de extinção sem resolução de mérito.

00946 Processo: 0000746-40.2015.8.15.0391 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: CARMEM LUCIA DE LIRA SILVA ADVOGADO: 014867PB FELISBERTO DE SOUZA XAVIER, Despacho: Intime-se a parte autora para tomar conhecimento da sentença julgada procedente, no prazo legal.

00947 Processo: 0001154-70.2017.8.15.0391 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: BANCO DO BRASIL S/A ADVOGADO: 00371PB NUBIA SOARES DE LIMA, REU: MUNICÍPIO DE TAPEROA, Despacho: Intime-se a parte autora, para no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar nos presentes autos e requerer o que entender da direito.

00948 Processo: 0001288-77.2014.8.15.0391 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REU: MUNICÍPIO DE TEIXEIRA P3

ADVOGADO: 014343PB LUIZ GUSTAVO DE SOUSA MARQUES, Despacho: Intime-se o advogado do promotor para no prazo de 10 (dez) dias, collections nos autos produzidos ou portaria de nomeação.

VARA ÚNICA DE TEIXEIRA NF 045/18 (Parágrafo 2º, do Art.370 do CPP.Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).  
00949 Processo: 0000175-74.2017.8.15.0391 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO REU: JOAQUIM GUEDES DE ARAUJO ADVOGADO: 014343PB LUIZ GUSTAVO DE SOUSA MARQUES, VITIMA: IVONIDE DE SANTOS GUEDES, Despacho: Intime-se o advogado do acusado para, em 10 (dez) dias, apresentar as alegações finais, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 255, caput, do CPP.

#### UIRAUNA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE UIRAUNA NF 044/18 (Parágrafo 2º, do Art.370 do CPP.Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).

00950 Processo: 0000101-03.2017.8.15.0491 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO REU: JOSE EVANALDO CANDIDO DE SANTANA ADVOGADO: 012198PB FRANCISCO ROMANO NETO, Despacho: Intime-se para, no prazo de 5 dias, apresentar as alegações finais.



#### PUBLICAÇÕES DO SISCOMWEB – EDITAIS DE PRIMEIRO GRAU

##### GURINHEM

VARA ÚNICA DE GURINHEM PROCESSO: 5000201-32.2016.8.15.0761 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: DENISE DE FATIMA PAIVA REGIS (046.287.604-20) - AUTOR MUNICÍPIO DE GURINHEM (08.809.444/0001-84) - REU ADVOGADOS: 16103 PB - EDINALDO DA SILVA NAVARRO JUNIOR 17635 PB - ADRIANO MADRUGA NAVARRO 281189 PB - TIAGO LOTTI 11633 PB - MANOLYS MARCELINO PASSERAT DE SILANS - NF 029/2018 - DATA: 23/03/2018 - INTIME-SE, A PARTE AUTORA POR MEIO DE SEU ADVOGADO, PARA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

VARA ÚNICA DE GURINHEM PROCESSO: 0001338-29.2017.8.15.0761 CLASSE: 172 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução - Embargos - Embargos à Execução PARTES: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S/A (09.132.655/0001-76) - EMBARGANTE ANA MARIA GOUVEIA (027.702.754/0001-84) - EMBARGADO ADVOGADOS: 19897 PB - PEDRO HENRIQUE ABATH ESCOREL BORGES - NF 029/2018 - DATA: 23/03/2018 - INTIME-SE, A PARTE AUTORA POR MEIO DE SEU ADVOGADO, PARA, EFETUAR O PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DE MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) NOS TERMOS DO ART. 523 J DO CPC.

VARA ÚNICA DE GURINHEM PROCESSO: 0001930-47.2013.8.15.0761 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: JOCEI CABRAL DE SANTANA (099.523.704-40) - AUTOR MUNICÍPIO DE CALDAS BRANDAO (08.809.444/0001-84) - REU: HENRIQUE SOUTO MAIOR MUNIZ DE ALBUQUERQUE 281189 PB - TIAGO LOTTI 20716 PB - HENRIQUE SOUTO MAIOR MUNIZ DE ALBUQUERQUE 12004 PB - NEWTON NOBEL SOBRINHO VITA - NF 029/2018 - DATA: 23/03/2018 - INTIME-SE, A PARTE AUTORA POR MEIO DE SEU ADVOGADO, PARA REQUERER, O QUE ENTENDER DE DIREITO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

VARA ÚNICA DE GURINHEM PROCESSO: 0000023-51.2010.8.15.0761 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: SEVERINO FELIX DA SILVA (451.617.264-91) - AUTOR MUNICÍPIO DE GURINHEM (08.809.444/0001-84) - REU ADVOGADOS: 13017 PB - HENRIQUE SOUTO MAIOR MUNIZ DE ALBUQUERQUE 281189 PB - TIAGO LOTTI 20716 PB - JOAQUIM GUEDES DE ARAUJO 11147 PB - JOSE AUGUSTO DA SILVA NOBRE NETO 7737 PB - CLAUDIO FREIRE MADRUGA - NF 030/2018 - DATA: 26/03/2018 - INTIME-SE, A PARTE AUTORA POR MEIO DE SEUS ADVOGADOS, PARA EFETUAR O PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DE MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) NOS TERMOS DO ART. 523 J DO CPC.

VARA ÚNICA DE GURINHEM PROCESSO: 0000306-74.2013.8.15.0761 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: JOSEIA DE OLIVEIRA SALES (22.451.451-20) - AUTOR MUNICÍPIO DE GURINHEM (08.809.444/0001-84) - REU CLAUDIO GOMES DE SOUZA (006.385.604-62) ADVOGADOS: 4007 PB - MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA - NF 030/2018 - DATA: 29/03/2018 - INTIME-SE, A PARTE AUTORA POR MEIO DE SEU ADVOGADO, PARA, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

VARA ÚNICA DE GURINHEM PROCESSO: 0000306-74.2013.8.15.0761 CLASSE: 172 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução - Embargos - Embargos à Execução PARTES: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S/A (09.132.655/0001-76) - EMBARGANTE ANA MARIA GOUVEIA (027.702.754/0001-84) - EMBARGADO ADVOGADOS: 19897 PB - PEDRO HENRIQUE ABATH ESCOREL BORGES - NF 029/2018 - DATA: 23/03/2018 - INTIME-SE, A PARTE AUTORA POR MEIO DE SEU ADVOGADO, PARA, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

##### PILOES

VARA ÚNICA DE PILOES PROCESSO: 0000059-39.2017.8.15.0481 CLASSE: 10944 - PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Sumário Parte: Ministério Público do Estado da Paraíba - P3 (09.284.001/0001-43) - AUTOR VALDE FELISMINO DE OLIVEIRA (029.463.294-42) - REU JOAO AMARAL DE OLIVEIRA JUNIOR (N/A) ADVOGADOS: N/A O MM JUIZ DE DIREITO, EM VIRTUDE DA LEI, FAZ SABER A TODOS QUANTOS O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM, QUE NESTE CARTÓRIO SE PROCESSAM OS AUTOS DE UMA AÇÃO PENAL QUE A JUSTIÇA PÚBLICA MOVE CONTRA O REU VALDE FELISMINO DE OLIVEIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, FILHO DE PEDRO FELISMINO DE OLIVEIRA E MARIA DO SOCORRO MONTEIRO DOS SANTOS, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, MANDANDO O MM JUIZ EXPEDIR O PRESENTE PARA QUE PIQUE O MESMO CRIMINANDO CITADO PARA RESPONDER AOS TERMOS DA ACUSACÃO POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, OPORTUNIDADE EM QUE PODERÁ ARGUIR E ALEGAR TUDO QUE INTERESSE A SUA DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E ESPECIFICAR PROVAS, BEM ASSIM, INDICAR TESTEMUNHAS, DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE PILOES, AOS 23 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2017, EU, ADYLA GRACIELE LIMA DOS S. SILVA, TÉCNICA JUDICIÁRIA, O DIGITAL DR. IANO MIRANDA DOS ANJOS, JUIZ DE DIREITO.

VARA ÚNICA DE PILOES PROCESSO: 0000059-39.2017.8.15.0481 CLASSE: 22 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS (051.514.384-55) - AUTOR SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (09.248.800/0001-64) - REU ADVOGADOS: 3254 PB - STELIO TIMOTHEO FIGUEIREDO 16985 PB - THIAGO DE ATAIDE BRANDAO INTIME-SE, ISTO POSTO, COM FULCRO NAS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO ACIMA ELENCADAS, NO ART. 487, INC. I DO CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

VARA ÚNICA DE PILOES PROCESSO: 0000059-39.2017.8.15.0481 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: JOSE EDNALDO AVELINO DA SILVA (079.094.534-77) - AUTOR MUNICÍPIO DE PILOES (08.765.526/0001-87) - REU ADVOGADOS: 18775 PB - VANINA SANTIAGO DE FREITAS ALBUQUERQUE 18400 PB - ADILSON ALVES DA COSTA INTIME-SE O AUTOR PARA IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

VARA ÚNICA DE PILOES PROCESSO: 0000209-48.2010.8.15.0481 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: MARIA DAS DORES CASSEMIRO BATISTA (084.887.444-71) - AUTOR INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (N/A) - REU ADVOGADOS: 10249 PB - JOSE ALBERTO EVARISTO DA SILVA INTIME-SE A PARTE PROMOTORA POR SEU ADVOGADO PARA COMPARECER À PERÍCIA AGENDADA PARA O DIA 11/04/2018, ÀS 09 H 00 MIN. NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - JOÃO PESSOA - PARAÍBA, MUNDA DE IDENTIFICAÇÃO E EXAMES.

VARA ÚNICA DE PILOES PROCESSO: 0000351-17.2009.8.15.0481 CLASSE: 7 - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário PARTES: MARIA DA PENHA DOS SANTOS (034.386.674-95) - AUTOR MUNICÍPIO DE CUITEMIPÁ (N/A) - REU ADVOGADOS: 10751 PB - CLAUDIO GALDINO DA CUNHA 18093 PB - DIELSON DE ARAUJO LIRA FILHO 12381 PB - CARLOS ALBERTO SILVA DE MELO INTIME-SE, AS PARTES DA SENTENÇA DE FL. 130/97 QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO.

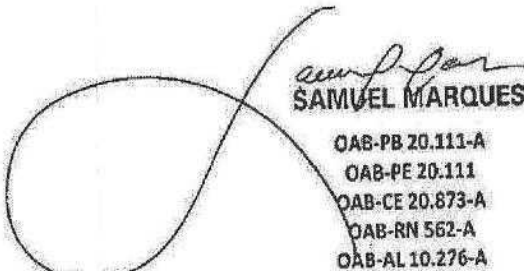
VARA ÚNICA DE PILOES PROCESSO: 0000359-33.2017.8.15.0481 CLASSE: 436 - PROCESSO CÍVEL E DO



**SUBSTABELECIMENTO**


Substabeleço, com reservas de iguais, os poderes que me foram conferidos pela **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, na pessoa do (a) Bel(a) **SUÉLIO MOREIRA TORRES, OAB/PB 15.477 E ANDRÉ LUIZ F. VASCONCELOS SOBRINHO, OAB/PB 18.747**, todos com endereço para intimações à Av. Nossa Senhora de Fátima 1843 – Sala 202 – 1ª Andar – Torre – João Pessoa – CEP: 58040-380 – PB, para deles usar quando me convier.

João Pessoa, 27 de Fevereiro de 2018.

  
**SAMUEL MARQUES**  
OAB-PB 20.111-A  
OAB-PE 20.111  
OAB-CE 20.873-A  
OAB-RN 562-A  
OAB-AL 10.276-A





 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		<b>Via Parte</b>		Data de Emissão <b>28/08/2018</b>
				Data de Vencimento <b>05/09/2018</b>
Comarca <b>Pilões</b>	Nº do Processo <b>0000146-74.2014.815.0481</b>	Nº da Guia <b>048.2018.600064</b>	Conta FEPJA <b>1618-7/228.039-6</b>	
<b>Histórico</b> Tipo de Guia: Guia de Custas Ocasionalis - Diligências / Despesas Postais Classe Processual: PROCEDIMENTO SUMARIO - CIVEL - 22 Promovente: EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Custas Judiciais (R\$)	
			0,00	
			Taxa Judiciária (R\$)	
			0,00	
			Despesas Postais (R\$)	
			5,00	
			Despesas com Mandados (R\$)	
0,00				
			Tarifa Bancária (R\$)	
			1,35	
Instruções			Valor Total (R\$)	
Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.			6,35	

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		<b>Via Processo</b>		Data de Emissão <b>28/08/2018</b>
				Data de Vencimento <b>05/09/2018</b>
Comarca <b>Pilões</b>	Nº do Processo <b>0000146-74.2014.815.0481</b>	Nº da Guia <b>048.2018.600064</b>	Conta FEPJA <b>1618-7/228.039-6</b>	
<b>Histórico</b> Tipo de Guia: Guia de Custas Ocasionalis - Diligências / Despesas Postais Classe Processual: PROCEDIMENTO SUMARIO - CIVEL - 22 Promovente: EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Valor da Causa: Postais Com AR R\$ 0,00 R\$ 5,00			Custas Judiciais (R\$)	
			0,00	
			Taxa Judiciária (R\$)	
			0,00	
			Despesas Postais (R\$)	
			5,00	
			Despesas com Mandados (R\$)	
0,00				
			Tarifa Bancária (R\$)	
			1,35	
Valor Total da Guia: R\$ 6,35 (0,13 UFR) Valor da UFR: R\$ 48,84 Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Valor Total (R\$)	
Instruções			6,35	
Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.				

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		<b>Via Banco</b>		Data de Emissão <b>28/08/2018</b>
				Data de Vencimento <b>05/09/2018</b>
Comarca <b>Pilões</b>	Nº do Processo <b>0000146-74.2014.815.0481</b>	Nº da Guia <b>048.2018.600064</b>	Conta FEPJA <b>1618-7/228.039-6</b>	
<b>Histórico</b> Tipo de Guia: Guia de Custas Ocasionalis - Diligências / Despesas Postais Classe Processual: PROCEDIMENTO SUMARIO - CIVEL - 22 Promovente: EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Custas Judiciais (R\$)	
			0,00	
			Taxa Judiciária (R\$)	
			0,00	
			Despesas Postais (R\$)	
			5,00	
			Despesas com Mandados (R\$)	
0,00				
			Tarifa Bancária (R\$)	
			1,35	
866800000006 063509283188 520180905041 820186000643 			Valor Total (R\$)	
			6,35	





## Boletos, Convênios e outros

29/08/2018 13:51:00

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
29/08/2018 - AUTO-ATENDIMENTO - 13.50.53  
1833301833

### COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: GOUVEIA M M M E M F ADVOS  
AGENCIA: 1833-3 CONTA: 70.700-7  
EFETUADO POR: PAULO H M BARROS

=====  
Convenio TRIBUNAL DE JUSTICA-PB  
Codigo de Barras 86680000000-6 06350928318-8  
52018090504-1 82018600064-3  
Data do pagamento 29/08/2018  
Valor em Dinheiro 6,35  
Valor em Cheque 0,00  
Valor Total 6,35  
=====

DOCUMENTO: 082903  
AUTENTICACAO SISBB:  
8.7F4.186.A46.F72.F7D

Transação efetuada com sucesso por: J6614829 PAULO HENRIQUE MAGALHAES BARROS.



### CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos  
concluídos por mim, Juiz de  
Direitos.

Assinado em 30 de 10 de 18

Assinado



61  
Processo n.º: 0000146-74.2014.815.0481

Vistos, etc.

Pela parte promovida foi requerida a habilitação do Advogado constituído na forma do instrumento procuratório de fls. 45, cujo pedido de intimação exclusiva consta na Contestação de fls. 19 a 36.

Inobstante o pedido formulado, as comunicações processuais têm sido expedidas em nome de outros Advogados, o que fere ao direito fundamental ao contraditório e ampla defesa.


Sendo assim, anote-se no sistema o nome do Advogado Samuel Marques Custódio de Albuquerque, OAB-PB 0.111-A, expedindo-se exclusivamente em seu nome as notas de foro, conforme requerido na petição de fls. 59 a 60.

Atente-se o Cartório para em casos similares proceder a anotação no sistema Siscom-W o nome do causidico que requerer a exclusividade nas comunicações, haja vista que a inobservância desta regra pode ocasionar nulidades processuais.

Devolvo o prazo recursal.

Intime-se a parte promovida da Sentença de fls. 56.v.

Em, 02/05/2019.

  
Barbara Bortoluzzi Emmerich  
Juíza de Direito em substituição

DATA

Nesta data recebi os presentes autos da  
MM. Juíza de Direito.

Em, 06 / 05 / 19


  
Analista/Técnico Judiciário



### CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi expedida a  
NOTA DE FORO, publicação nº  
o(s) xxv / 2019

Piões, 06 de 05 de 19

  
Analista Técnico



Num. 33306871 - Pág. 61



**JUNTADA**

Nesta data, junto a estes autos

comprovações de declarações

Comarca, 31 de 05 de 19

[Assinatura]  
Analista Técnico



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Única Vara Cível da Comarca de  
Pilões - PB

Processo nº 0000146-74.2014.8.15.0481

**Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A**,  
pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada nos autos da Ação de Cobrança, que lhe move **Edinaldo Vieira dos Santos**, por seus advogados infra-assinados, *ut* instrumento de mandato em anexo (**Doc. 01**), com endereço à Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 1843, 1º andar, Sala 202, Torre, João Pessoa/PB, CEP: 58040-380, onde receberão as intimações de estilo, vem, respeitosa e tempestivamente, irresignada, *data maxima venia*, interpor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** em face da r. sentença de fls., o que faz nos termos jurídicos articulados no memorial em anexo, requerendo, desde logo, sua juntada aos autos para apreciação deste MM. Juízo, que haverá de melhor analisar a decisão vergastada, pelos motivos de fato e Direito a seguir delineados.

Por fim, requer a demandada que as notificações e/ou intimações de estilo, bem como as publicações editalícias doravante expedidas, sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do patrono **SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE, OAB/PB 20.111 - A, sob pena de nulidade.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Pilões - PB, 13 de maio de 2019.

**SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE**

**OAB/PB 20.111 - A**

**Suelio Moreira Torres**  
**OAB/PB 15.477**

RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha de Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil - Fone 55 (081) 3447.7900 Fax 55 (81) 3447.7999  
JOÃO PESSOA: Av. Nossa senhora de Fátima, 1843 s/s 202. Empresarial JAT Baronesa - Torre. 58.040-380 - João Pessoa - PB, Brasil - Fone / Fax 55 (03) 3241.1035  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil - Fone / Fax 55 (71) 3271.0996

www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Protocolo: P000017190481  
Data : 14/05/2019 Hora : 18:06:23  
Tipo : EMBARGOS DE DECLARACAO  
Processo : 0000148-74/2014 815 0481  
Status : BAIXADO  
Justiça Gratuita : SIM  
Comarca : PILOES  
Vara : VARA UNICA DE PILOES  
Classe : PROCEDIMENTO SUMARIO  
Assunto : SEGURO  
Parte(s) Peticionante(s):  
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT  
Guia : 482019600042  
Localizador: OFICIE-SE



869

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**EMBARGANTE:** Seguradora Lider Do Consorcio Do Seguro Dpvt  
**EMBARGADO:** Edinaldo Vieira dos Santos  
**PROCESSO Nº:** 0000146-74.2014.8.15.0481  
**VARA ORIGEM:** Única Vara Cível da Comarca de Pilões - PB

**RAZÕES DO RECURSO**

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

De pronto, impende registrar a plena tempestividade dos presentes embargos, com fundamento no artigo 218, §4 do novo CPC.

Destarte, verifica-se a plena tempestividade da peça ora apresentada, devendo esta ser recebida em seu inteiro teor.

**II - DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

O embargo de declaração, a rigor, é o instrumento processual hábil para extirpar as máculas contidas na prestação jurisdicional, servindo como expediente técnico à complementação do julgado, diante da obscuridade, contradição ou omissão contida no *decisum*, na forma prevista do artigo 1.022, do Digesto Processual, *in verbis*:

*“Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:*

- I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;*
- II – suprir omissão de ponto de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;*
- III – corrigir erro material”*



RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil - Fone 55 (081) 3447.7900 Fax 55 (81) 3447.7999  
JOÃO PESSOA: Av. Nossa senhora de Fátima, 1843 s/s 202 - Empresarial JAF Barbosa - Torre. 58.040-380 - João Pessoa - PB, Brasil - Fone / Fax 55 (81) 3241.1035  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil - Fone / Fax 55 (71) 3271.0996

www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br



No caso em apreço, faz-se presente contradição e obscuridade pontual do julgado ora objurgado, notadamente no que atine ao índice a ser utilizado para a correção monetária, bem como dos juros a serem aplicados.

Assim, vem à seguradora embargante opor os presentes embargos, a fim de que sejam sanados os vícios apontados.

### III – DA OBSCURIDADE QUANTO A DATA E AO ÍNDICE PARA FINS DE CORREÇÃO MONETÁRIA

A sentença ora embargada encontra-se obscura, tendo em vista que ESTABELECEU A DATA PARA CORREÇÃO MONETARIA COMO SENDO O DIA QUE DEVERIA SER PAGO. Desta forma, objetivando a segurança jurídica, merece ser sanada a OBSCURIDADE apontada, para que se determine A DATA DA SUMULA DO STJ PARA FINS DE CORREÇÃO MONETÁRIA, bem como a imputação do índice usado pelo TJPB, qual seja, o INPC.

Ressalte-se, por oportuno, a grande relevância da fixação ora aludida, tendo em vista que as obrigações decorrentes do Seguro DPVAT são incertas e ilíquidas e, desta forma, só se materializam após a apuração das situações fáticas e documentais apresentadas pelo beneficiário, observado o procedimento administrativo ou judicial.

Entretanto, é cediço que para ações dessa natureza, o usual é o INPC como índice, a saber:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO POR MORTE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DEVIDO. TAXA SELIC. INAPLICABILIDADE. INCIDÊNCIA DO INPC. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LIMITAÇÃO EM 15% (QUINZE POR CENTO). ORIENTAÇÃO DO ART. 11, § 1º, DA LEI N. 1.060/1950. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. "Em tema de Seguro DPVAT, a correção monetária incide desde o sinistro (súmula 43 do STJ), à base do INPC, e os juros de mora, a partir da citação, à taxa de 1% (um por cento) ao mês

RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil - Fone 55 (81) 3447.7900 Fax 55 (81) 3447.7999  
JOÃO PESSOA: Av. Nossa senhora de Fátima, 1843 s/s 202, Empresarial JAF Barbosa, Torre 38.040-380 - João Pessoa - PB - Brasil - Fone / Fax 55 (81) 3241.1035  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil - Fone / Fax 55 (71) 3271.0998

www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br



(art. 405 do CC e súmula n. 426 do STJ)"(TJ-SC - AC: 20160035239 Indaial 2016.003523-9, Relator: Fernando Carioni, Data de Julgamento: 29/03/2016, Terceira Câmara de Direito Civil)".

"APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR E ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. DÉFICIT DA FUNÇÃO EM 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO). LAUDO PERICIAL. CONDENAÇÃO PROPORCIONAL. REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - A exigência para que a vítima de acidente automobilístico requeira previamente, por via administrativa, a indenização do seguro DPVAT, afronta o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição. - É assente na legislação de regência, bem como na jurisprudência pátria, que a ação de cobrança de seguro obrigatório pode ser proposta contra qualquer das seguradoras pertencentes ao Consórcio Obrigatório do Seguro DPVAT. - Tem-se que, muito embora não tenha havido a perda funcional completa de função, os danos permanentes tiveram considerável e forte repercussão, influenciando, inclusive, na mastigação, daí porque o fato atrai a aplicação do art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74, precisamente no percentual correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor máximo da indenização. - O termo inicial da correção monetária incide a partir do sinistro, que atualiza o valor da moeda com base no índice INPC/IBGE. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00553397820118152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 17-11-2015)".

Ademais, salutar se faz o apontamento quanto a aplicação da SUMULA 580 do STJ quanto a data para início da correção monetária, devendo a mesma ser sanada por este MM. Juízo.

Pelo o exposto, pugna a Embargante pelo acolhimento dos presentes Embargos de Declaração para que sejam observadas as disciplinas supraesposadas em relação ao índice e data da correção monetária, para ao final ser estabelecido como índice o INPC que é o utilizado em decisões dessa natureza, bem como estipulada a data do sinistro como início da correção monetária.

#### IV - DA DATA DE INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO

RECIFE. Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779, 22º andar, Emp. Isaac Newton, Ilha do Leite, 50.070-160, Recife, PE, Brasil. Fone: 35 3811.3447, 7900 Fax 55 (81) 3447.7999  
JOÃO PESSOA. Av. Nossa senhora de Fátima, 1843 s/s 202, Empresarial JAF Barbosa, Torre. 58.040-380, João Pessoa, PB, Brasil. Fone: 33 3241.1035  
SALVADOR. Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207, Torre Norte, Edif. Salvador Trade Center, Cam. das Árvores, 41.820-020, Salvador, BA, Brasil. Fone / Fax 55 (71) 3271.0996

www.gemadv.com.br : gem@gemadv.com.br







**G/M** ADVOCADOS GOUVEIA | MACALHÃES | MOURY FERNANDES

A sentença ora embargada condenou a Seguradora ao pagamento de R\$ 675,00, e estabeleceu incidência de juros moratórios de acordo com a caderneta de poupança partir da citação.

A jurisprudência já se consolidou no sentido de que é **inaplicável** a Súmula nº 54 do STJ, no que concerne às indenizações do "seguro DPVAT", porque, de um lado, a entidade pagadora da indenização do "Seguro DPVAT" somente paga tal benefício desde que cumprido o devido procedimento concernente ao requerimento e ao deferimento da dita especial indenização; e, de outro, porque o "Seguro DPVAT" decorre de contrato de adesão legalmente imposto, regido por normas próprias, **não estão, portanto, inserido no âmbito de aplicação da Súmula 54, do Superior Tribunal de Justiça.**

Nesse diapasão, incide na espécie o comando do artigo 405, do Código Civil vigente, segundo o qual, "*contam-se os juros da mora, nas obrigações ilíquidas, desde a citação inicial*", cuja disciplina, por idêntico fundamento, deve ser aplicada para a correção monetária, considerada a partir da instauração da relação processual, com a instalação da mora, e ainda da Súmula 426 do STJ, conforme se extrai, *in verbis*:

"Art. 405. Contam-se os juros da mora, nas obrigações ilíquidas, desde a **citação inicial**".

"Súmula 426 STJ. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem **a partir da citação**".

A jurisprudência a respeito no **Superior Tribunal de Justiça** é uníssona e reforça o teor da Súmula 426 referenciada:

**"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR SI SÓ NÃO GERA DANO MORAL. Os juros de mora incidirão desde a citação, no percentual de 6% ao ano até a data em que entrou em vigor o novo Código Civil de 2002, e a partir de então, no percentual de 1% ao mês, a teor do disposto no artigo 406 deste Codex, combinado com o artigo 161, § 1º, do CTN."**

**"RECURSO ESPECIAL Nº 1.144.078 - RS (2009/0110381-0) RELATOR : MINISTRO RAUL ARAUJO FILHO RECORRENTE : LIBERTY PAULISTA**

**TJRS. Apelação Cível Nº 70008363194. Quinta Câmara Cível. Comarca de Porto Alegre.**

RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779, 22º andar, Emp. Isaac Newton, Lda do Leite, 50.070-160, Recife, PE, Brasil, Fone: (51) 3447.7999 Fax: (51) 3447.7999  
JOÃO PESSOA: Av. Nossa senhora de Fátima, 1843 s/s 202, Empresarial JAF Barbosa, Torre, 58.040-380, João Pessoa, PB, Brasil, Fone: (33) 3441.1073  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207, Torre Norte, Edif. Salvador Trade Center, Cam. das Árvores, 41.820-020, Salvador, BA, Brasil, Fone: (71) 3271.0956

www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br

SEGUROS S/A ADVOGADO : FABRÍCIO CHRISTOFOLI E OUTRO (S)  
RECORRIDO : EDER BELLOLI ADVOGADO : ROGER GUARDIOLA  
BORTOLUZZI DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto por LIBERTY  
PAULISTA SEGUROS S/A, com fundamento no art. 105, inc. III, alíneas a e  
c, da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do  
Rio Grande do Sul, assim ementado: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE  
COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE  
DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. NEXO CAUSAL ENTRE O FATO E  
O DANO COMPROVADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. APLICAÇÃO, NO CASO,  
DAS ALTERAÇÕES PELA LEI Nº 11.482/2007. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS  
FIXADOS EM 15% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. JUROS E CORREÇÃO  
MONETÁRIA A PARTIR DO ADIMPLEMENTO PARCIAL. Apelo provido."  
Sustenta a recorrente ofensa aos arts. 405 do Código Civil de 2002 e 219  
do Código de Processo Civil, sob o fundamento de que os juros  
moratórios devem incidir a partir da citação. Alega, ainda, que o v.  
acórdão objurgado contrariou jurisprudência pacificada no âmbito desta  
Eg. Corte. O feito me foi atribuído em 14 de maio de 2010. A parte  
recorrida apresentou petição, afirmando que concorda com o pleito da  
recorrente e requerendo o retorno do processo à instância de origem. Os  
autos vieram a mim conclusos, em 31 de maio de 2010. Impondo-se um  
juízo antecedente de admissibilidade recursal, conheço do presente  
recurso especial, eis que próprio, interposto tempestivamente, realizado  
o preparo, encontrando-se, pois, presentes os chamados requisitos  
intrínsecos e extrínsecos ao transpasse para o juízo de mérito. O  
inconformismo merece acolhimento. Com efeito, esta Eg. Corte Superior  
de Justiça, em 28.10.2009, quando do julgamento do REsp 1098365/PR,  
da relatoria do e. Min. Luis Felipe Salomã (DJe 26.11.2009) o, processado  
sob o rito dos recursos representativos da controvérsia previsto no art.  
543-C do Código de Processo Civil, pacificou o entendimento no sentido  
de que "em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de  
seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos  
automotores de via terrestre- DPVAT, os juros de mora são devidos a  
partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e  
obrigação ilíquida". Tal posicionamento já se encontra, inclusive,  
cristalizado na súmula n. 426 deste C. Superior de Justiça, verbis: "Os  
juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da  
citação." Diante do exposto, conheço e dou provimento ao recurso  
especial, reformando o v. acórdão objurgado, para o fim de determinar

www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br

RECIFE Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil - Fone 55 (81) 3447.7990 Fax 55 (81) 3447.7999  
JOÃO PESSOA Av. Nossa senhora de Fátima, 1843 s/s 202 - Empresarial JAF Barbosa, Torre. 58.040-380 - João Pessoa - PB, Brasil - Fone / Fax 55 (81) 3241.1035  
SALVADOR Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil - Fone / Fax 55 (71) 3271.0998



24  
D

que os juros moratórios tenham incidência a partir da citação.<sup>2</sup> grifou-se

No mesmo sentido, o **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba entende pela aplicabilidade dos juros a partir da citação em harmonia com a Súmula 426 do STJ:**

"APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES. FALTA DE INTERESSE DE AGIR E SENTENÇA ULTRA PETITA. REJEIÇÃO DE AMBAS. MÉRITO. JUROS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 426 DO STJ. (...). PROVIMENTO PARCIAL DO APELO. No tocante aos juros moratórios, a decisão atacada equivocou-se quanto ao início de sua fluência. O Colendo Superior Tribunal de Justiça editou o verbete nº 426 da Súmula de sua jurisprudência dominante prescrevendo que os juros moratórios na indenização do seguro DPVAT devem fluir a partir da citação. **Súmula 426 STJ.** Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação (...).<sup>3</sup> grifou-se

Pelo o exposto, pugna a Embargante para que seja **observada a disciplina supraesposada em relação à incidência de juros de mora de 1% a.m. a partir da citação válida e regular.**

#### **V - DA POSSIBILIDADE DE SE CONFERIR EFEITO MODIFICATIVO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Em que pese à construção jurisprudencial que assenta posicionamento no sentido de que os embargos de declaração não terão o condão de reformar o julgado, mantendo intangível a sua substância, ainda que provido seja, cediço é que em algumas circunstâncias a nódoa contamina de tal forma o *decisum* que o seu acolhimento implicará alteração do conteúdo deste, mormente no afã de se eliminar omissão ou contradição.

Com efeito, a jurisprudência e a doutrina, mitigando, de certa forma, as exigências formais inflexíveis, sufragam a compleição mais abrangente e ampliada – concatenada com os reais anseios do processo – dos embargos de declaração, fraqueando a possibilidade de alteração de parte ou mesmo da **totalidade** do decisório preprendido.

<sup>2</sup> STJ - REsp: 1144078, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO FILHO, Data de Publicação: DJe 25/08/2010

<sup>3</sup> TJPB – Apelação nº 027.2010.000.444-2/001, 2ª CC, Rel. Juíza Convocada Vanda Elizabete Marinho, pub. 24/10/2012



75

Ainda nesse ínterim, importante consignar, apenas como arremate, o crescente e contíguo entendimento jurisprudencial o qual vêm convalidando a possibilidade de se conferir efeitos modificativos aos embargos de declaração, *litteris*:

"Admite-se em situações restritas carga modificativa nos embargos declaratórios, notadamente quando a realidade e a verdade substancialmente devam ser resgatadas mediante a alteração do julgado combatido<sup>4</sup>". (Grifos apostos)

Pois bem, conforme denota-se o presente recurso impõe, *data maxima venia*, por vários motivos, quer seja para sanar erro e contradição apresentados.

#### VI - DOS REQUERIMENTOS FINAIS

*Ex positis*, vem requerer que se conheça dos embargos, e se digne Vossa Excelência a se pronunciar quanto os vícios apontados, emprestando efeitos modificativos aos presentes embargos para reformar a r. sentença vergastada, observando-se a adequação do julgado no que atine a correção monetária, bem como, percentual aplicados aos juros moratórios.

Por fim, requer a demandada que as notificações e/ou intimações de estilo, bem como as publicações editalícias doravante expedidas, sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE em nome do patrono SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE, OAB/PB 20.111 - A, sob pena de nulidade.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Pilões - PB, 13 de maio de 2019.

**SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE**

**OAB/PB 20.111 - A**

Suélcio Moreira Torres  
OAB/PB 15.477

RECIFE: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil - Fone: 55 (81) 3447.7900 Fax: 55 (81) 3447.7999  
JOÃO PESSOA: Av. Nossa senhora de Fátima, 1843 s/s 202 - Empresarial JAF Barbosa - Torre: 58.040-380 - João Pessoa - PB, Brasil - Fone: 55 (33) 3244.1035  
SALVADOR: Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil - Fone: 55 (71) 3271.0998

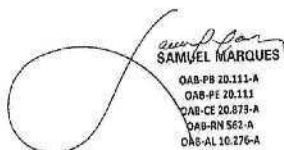
www.gemadv.com.br - gem@gemadv.com.br



**SUBSTABELECIMENTO**

Substabeleço, com reservas de iguais, os poderes que me foram conferidos pela **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, na pessoa do (a) Bel(a) **SUÉLIO MOREIRA TORRES, OAB/PB 15.477**, todos com endereço para intimações à Av. Nossa Senhora de Fátima 1843 – Sala 202 – 1ª Andar – Torre – João Pessoa – CEP: 58040-380 – PB, para deles usar quando me convier.

João Pessoa, 15 de Fevereiro de 2019.

  
SAMUEL MARQUES  
OAB-PB 20.111-A  
OAB-PE 20.111  
OAB-CE 20.873-A  
OAB-RN 562-A  
OAB-AL 10.276-A



**Poder Judiciário do Estado da Paraíba**  
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas  
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)

Nº do Processo: 0000146-74.2014.815.0481 Comarca: Píloes Classe Processual: PROCEDIMENTO SUMARIO - CIVEL - 22

Número da guia: 048.2019.600042 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

**Detalhamento:**  
- Despesas processuais postais: R\$ 5,65  
- Taxa bancária: R\$ 1,35

**Observações:**  
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866800000006 070009283188 520190531043 801900042012

Número do boleto: 048.0.19.00042/01  
Data de emissão: 13/05/2019  
Data de vencimento: 31/05/2019  
UFR vigente: R\$ 50,12  
Conta FEJPA: 1618-7228.039-6  
Parcela: 1/1  
Valor total: R\$ 7,00  
Desconto total: R\$ 0,00  
Valor final: R\$ 7,00

**Poder Judiciário do Estado da Paraíba**  
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas  
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)

Nº do Processo: 0000146-74.2014.815.0481 Comarca: Píloes Classe Processual: PROCEDIMENTO SUMARIO - CIVEL - 22

Número da guia: 048.2019.600042 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

**Detalhamento:**  
- Despesas processuais postais: R\$ 5,65  
- Taxa bancária: R\$ 1,35

**Observações:**  
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866800000006 070009283188 520190531043 801900042012

Número do boleto: 048.0.19.00042/01  
Data de emissão: 13/05/2019  
Data de vencimento: 31/05/2019  
UFR vigente: R\$ 50,12  
Conta FEJPA: 1618-7228.039-6  
Parcela: 1/1  
Valor total: R\$ 7,00  
Desconto total: R\$ 0,00  
Valor final: R\$ 7,00

**Poder Judiciário do Estado da Paraíba**  
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas  
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)

Nº do Processo: 0000146-74.2014.815.0481 Comarca: Píloes Classe Processual: PROCEDIMENTO SUMARIO - CIVEL - 22

Número da guia: 048.2019.600042 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

**Detalhamento:**  
- Despesas processuais postais: R\$ 5,65  
- Taxa bancária: R\$ 1,35

**Observações:**  
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866800000006 070009283188 520190531043 801900042012

Número do boleto: 048.0.19.00042/01  
Data de emissão: 13/05/2019  
Data de vencimento: 31/05/2019  
UFR vigente: R\$ 50,12  
Conta FEJPA: 1618-7228.039-6  
Parcela: 1/1  
Valor total: R\$ 7,00  
Desconto total: R\$ 0,00  
Valor final: R\$ 7,00





## Boletos, Convênios e outros

G337141649221233012  
14/05/2019 16:55:18

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
14/05/2019 - AUTO-ATENDIMENTO - 16.55.18  
1833301833

## COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: GOUVEIA M M M E M F ADVOG  
AGENCIA: 1833-3 CONTA: 70.700-7  
EFETUADO POR: JOAO V J GOUVEIA

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTICA-PB	
Codigo de Barras	86680000000-6	07000928318-8
	52019053104-3	80190004201-2
Data do pagamento		14/05/2019
Valor em Dinheiro		7,00
Valor em Cheque		0,00
Valor Total		7,00

DOCUMENTO: 051402  
AUTENTICACAO SISBB:  
A.AB9.2AD.338.16E.B61

Transação efetuada com sucesso por: J9462192 JOAO VICENTE JUNGMAH DE GOUVEIA.

CONCLUSÃO  
O presente documento foi emitido pelo sistema de autenticidade do Banco do Brasil S.A. em 14/05/2019 às 16:55:18.  
Assinado eletronicamente por: JOAO VICENTE JUNGMAH DE GOUVEIA  
Assinado eletronicamente por: JOAO VICENTE JUNGMAH DE GOUVEIA





## CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos  
conclusos sob a MM. Juiz(a) de  
Direito.

Comarca, 31 de 05 de 19

  
Análise Final





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE PILÕES**

79  
2

Vistos, etc.

Tendo em vista o disposto na resolução nº 22/2019 dispondo sobre a agregação da Comarca de Pilões à Guarabira, devolvo os presentes autos ao Cartório para que sejam adotadas as medidas necessárias para a remessa dos mesmos.

Pilões, em 18/10/2019.

  
Barbara Bortoluzzi Emmerich  
JUÍZA DE DIREITO AUXILIAR

DATA

Nesta data recebi os presentes autos da MM. Juíza de Direito.

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Analista/Técnico Judiciário



01 Distribuição	12 Execuções Penais
02 Cadastramento	13 Custas e Emolumentos
03 Unificação/Separação Pessoas	14 Custas e-JUS / PJe
04 Arquivo Judicial	15 Gerenciamento do Sistema
05 Baixa/Reativação	16 Relatorios Gerenciais
06 Certidão	17 Correção Monetária (Lei 6899/81)
07 Consulta	18 Cadastro de Advogados
08 Movimentação	19 Transferencia de Processos
09 Publicação	-----TRANSFERENCIA [REDISTRIBUIÇÃO]-----
10 Procedimentos Proc Pe	
11 Mandados	Processo de Origem : 0000146-74.2014.815.0481
	PILOSES
	Processo de Destino: 0000146-04.2014.815.0181
	GUARABIRA

REDISTRIBUIÇÃO REALIZADA C/SUCESSO. TECLE <ENTER> P/CONTINUAR



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE GUARABIRA - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: REDISTRIBUICAO - 18/11/2019 12 horas 22 minutos

Processo: 0000146-04.2014.815.0181

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

SEGURO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

Autor : EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : 2A. VARA DE GUARABIRA

Juiz : GUSTAVO PESSOA TAVARES DE LYRA

Promotor: ABRAAO FALCAO DE CARVALHO

81  
a



# DATA

Nesta data, por meio de autos do(a)

*Distribuição*

do que por meio de autos do(a)

Guarapiranga 02 03 20

*R*

TECHICO/AUXILIO JUDICIARIO

# CONCLUSÃO

Nesta data, por meio de autos do(a)

Guarapiranga 02 03 20

*R*

Guarapiranga / Encerramento do 1º Ofício



82  
2

## DESPACHO

R. Hoje.  
Vistos etc.

Trata-se de ação de cobrança que tramitava na Comarca de Pilões, e que, em virtude da desinstalação da referida unidade judiciária, foi redistribuída à Comarca de Guarabira, vindo aportar nesta 2ª Vara.

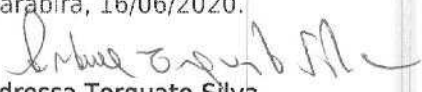
Em virtude da necessidade de digitalização dos feitos cíveis que tramitam fisicamente, determino que a escrivania proceda a higienização e digitalização do presente processo, o qual passará a tramitar junto ao PJE, observando as cautelas de destilo.

Em seguida, uma vez que a parte demandada interpôs embargos declaratório em face da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido, com fundamento no art. 1.023, §2º do CPC, intime-se a parte adversa para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos referidos embargos.

Decorrido o prazo com ou sem manifestação, voltem-me concluso para sentença.

Cumpra-se.

Guarabira, 16/06/2020.

  
**Andressa Torquato Silva**  
Juiz(a) de Direito



DATA

Nesta data recebi estes autos ao(a)

MM Juiz

do que para o(a) termo.

Guardados em 11 08 2020

TÉCNICO/RECEBENTE







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**ESTADO DA PARAÍBA**

---

**2ª Vara Mista de Guarabira**

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP:  
58200-000

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0000146-04.2014.8.15.0181**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: EDINALDO VIEIRA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0000146-04.2014.8.15.0181** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

GUARABIRA, 14 de janeiro de 2021.

CLAUDIO ARAUJO DA SILVA  
Técnico Judiciário